

RELATÓRIO ANUAL

Demonstração dos resultados do exercício

2025



COOPERVAP

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DO VALE DO PARACATU LTDA.



somos **coop** »



ÍNDICE

05	Nossas Unidades
06	Mensagem da Administração
07	Balanços Patrimoniais
08	Demonstrações do Resultado
09	Demonstrações do Resultado Abrangente
10	Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
11	Demonstrações dos Fluxos de caixa - Método indireto
12	Notas Explicativas da Adm. às demonstrações financeiras
52	Relatório dos auditores indep. sobre as demonst. financeiras
56	Parecer do Conselho Fiscal
57	Plano de Atividades e Investimentos para 2026
58	Gráficos

NOSSO PROPÓSITO:

"Assegurar a continuidade sustentável dos negócios da Coopervap em benefício dos cooperados, dos colaboradores e da sociedade em geral."

NOSSA MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da Coopervap, gerando e comercializando produtos e serviços inovadores e de maior valor agregado.

NOSSOS VALORES

- Ética em todas as relações estabelecidas;
- Proatividade na gestão e na prestação de contas;
- Fortalecimento das relações e da competitividade dos cooperados;
- Parcerias para impulsionar o desenvolvimento local e regional;
- Compromisso social e ambiental como referencial de seus negócios;
- Profissionalização e valorização das lideranças, gestores e equipes;
- Cooperação e integração com todos os públicos de interesse.

NOSSA VISÃO

Ser reconhecida por seus cooperados, colaboradores, consumidores e sociedade em geral pela eficiência de sua gestão e pela qualidade de seus produtos e serviços.

NOSSO NEGÓCIO

Soluções inovadoras que fomentam a cadeia produtiva e comercial da Coopervap, gerando riqueza com sustentabilidade.

NOSSO FOCO ESTRATÉGICO

Elevar a produtividade da Coopervap, com eficiência gerencial e operacional em todas as unidades de negócio

www.coopervap.com.br

 /coopervap

 @coopervap

 /coopervap

 **secretaria@coopervap.com.br**

 **(38) 3679-8900**

REGISTRO DE CONSTITUIÇÕES E AUTORIZAÇÃO

Data da Constituição: **20/07/1963**

Registro na JUCEMG: **314.000.1262-1**

CNPJ: **23.153.943/0001-50**

Registro na OCEMG:

015 de 07/04/1972

DIRETORIA EXECUTIVA

Compete à Diretoria Executiva coordenar e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração, estabelecendo normas, programas e metas necessárias ao desenvolvimento das atividades administrativa, financeira, operacional, comercial e assistencial, bem como efetuar os seus controles.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão

responsável por fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da Cooperativa, além de supervisionar sua gestão, para que suas ações atendam aos interesses dos cooperados.

Conselho Fiscal

Durante a Assembleia Geral, também são eleitos os membros do Conselho Fiscal, órgão que monitora o cumprimento dos deveres legais e estatutários da administração da Coopervap, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes.

Diretoria EXECUTIVA



VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente



LIONEL O. DOS SANTOS
Vice-Presidente

Conselho de ADMINISTRAÇÃO



ELIENE APARECIDA R. DA SILVA
Conselheira Administrativa



HENRIQUE ULHOA PIMENTEL
Conselheiro Administrativo

Conselho FISCAL



HUGO NETO SIQUEIRA
Conselheiro Fiscal



DAVI DOS SANTOS FREITAS
Conselheiro Fiscal



DILERMANDO REIS CARVALHO
Conselheiro Fiscal



FERNÃO R. CUNHA
Conselheiro Fiscal



JEANETE ALVES DUARTE
Conselheira Fiscal



VILMAR DE SOUZA REIS
Conselheira Fiscal



ÍCARO B. BOTELHO
Conselheiro Administrativo



IDELFONSO FERREIRA NETO
Conselheiro Administrativo



PAULO R. DE M. FILHO
Conselheiro Administrativo



MARCOS ROGÉRIO MIRANDA
Conselheiro Administrativo



RÔMULO CÉSAR PINTO RABELO
Conselheiro Administrativo

Nossas Unidades

01 – MATRIZ – SUPERMERCADO
 RUA BENEDITO LABOISSIERE, 160 - CENTRO -
 PARACATU/MG CEP: 38.600-190 - CNPJ-MF:
 23.153.943/0001-50 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581-0075
 e-mail: compras@coopervap.com.br -
cadastro@coopervap.com.br

05 – AGRO-VETERINÁRIA
 RUA BENEDITO LABOISSIERE, 172- CENTRO -
 PARACATU - MG CEP: 38.600-190 - CNPJ-MF:
 23.153.943/0005-83 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581-1632 - e-mail: veterinaria@coopervap.com.br
 - coopervapagrovvet@coopervap.com.br

07 – UAC – UNIDADE ARMAZENADORA CENTRAL
 RUA LITORÂNEA, 601 - VILA ALVORADA - PARACATU-
 MG - CEP: 38.606.444 - CNPJ-MF: 23.153.943/0007-45 -
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0563 - e-mail:
uacalmox@coopervap.com.br

08 – POSTO DE COMBUSTÍVEL
 RUA SILVINO REIS, 160 - CENTRO - PARACATU-MG CEP:
 38.600-194
 CNPJ-MF: 23.153.943/0008-26 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581-0644
 e-mail: posto@coopervap.com.br

09 – USINA LATICÍNIOS
 RUA ALÍRIO ROCHA, 700 - VILA ALVORADA -
 PARACATU-MG Registro IMA:2936 - CNPJ-MF:
 23.153.943/0009-07 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581-0725 - CEP: 38.606-454 - e-mail:
usinaalmox@coopervap.com.br

PARQUE DE EXPOSIÇÃO (Inativo) (CNPJ 01)
 RUA ALÍRIO ROCHA, 450 - VILA ALVORADA -
 PARACATU-MG - CNPJ-MF: 23.153.943/0010-40 -
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA - CEP: 38.606-454

UAER – UNIDADE ARMAZENADORA ENTRE RIBEIROS
 PROJETO DE COLONIZAÇÃO ENTRE RIBEIROS -
 PARACATU-MG CEP: 38.600-001 - CNPJ-MF:
 23.153.943/0011-21 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581-0806 - e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

FILIAL DE BRASÍLIA
 QI 416 CONJUNTO 02 LOTE 10 CEP: 72.320-300 -
 SAMAMBAIA - BRASÍLIA-DF - CNPJ-MF: 23.153.943/0012-
 02 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.313.701.0233
 e-mail: brasilial@coopervap.com.br
 15 - INSUMOS AGROPECUÁRIOS
 RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO C - VILA ALVORADA -
 PARACATU-MG - CEP: 38.606-444 - CNPJ-MF:
 23.153.943/0015-55 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581-1225 - e-mail: uacalmox@coopervap.com.br
 FÁBRICA DE RAÇÕES

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO A - VILA ALVORADA -
 PARACATU-MG - CEP: 38.606-444
 CNPJ-MF: 23.153.943/0018-06 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581-1551
 e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

DROGARIA COOPERVAP
 RUA BENEDITO LABOISSIERE, 170 - CENTRO -
 PARACATU-MG CEP: 38.600-190
 CNPJ-MF: 23.153.943/0020-12 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581.1713
 e-mail: cadastro@coopervap.com.br

CRIAÇÃO DE BOVINOS P/LEITE
 RODOVIA BR 040 PTU/BH KM 45 A DIREITA + 2 KM -
 ZONA RURAL - PARACATU-MG CNPJ-MF:
 23.153.943/0021-01 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581- 2540

POSTO 040
 RODOVIA BR 040, KM 44,7 - PARACATU - MG
 CNPJ-MF: 23.153.943/0023-65 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581.2477
 e-mail: posto040@coopervap.com.br

REVENDA DE RAÇÕES - VAZAMOR – VAZANTE
 RUA: COROMANDEL, 1020 - A - CEP: 38.780-000
 CNPJ: 23.153.943/0025-27 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581.1977

LAVADOR
 RUA LITORÂNEA, 720 ANEXO F - VILA ALVORADA -
 CEP: 38.606-454
 CNPJ: 23.153.943/0026-08 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581.2132

COMERCIAL AGRÍCOLA
 RUA LITORÂNEA, 635 - VILA ALVORADA - PARACATU -
 MG - CEP: 38.606-444 CNPJ-MF: 23.153.943/0027-99 -
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2213 - e-mail:
agricola@coopervap.com.br

VETERINÁRIA GUARDA-MOR
 RUA ENGENHEIRO ROBERTO, 219-A - CENTRO -
 GUARDA-MOR-MG - CEP: 38.570.000 - CNPJ-MF:
 23.153.943/0028-70 - INSCRIÇÃO ESTADUAL:
 470.045.581.2396 - e-mail: guardamor@coopervap.com.br

CD - CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO
 RUA ALÍRIO ROCHA, 702 - VILA ALVORADA -
 PARACATU-MG - CNPJ-MF: 23.153.943/0030-94
 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2620
 CEP: 38.606-454

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Cooperados,

É com grande senso de responsabilidade e compromisso com a transparência que nos dirigimos a todos para apresentar uma reflexão sobre o exercício de 2025, um ano marcado por desafios relevantes em praticamente todos os segmentos do agronegócio e do varejo, mas que, graças ao esforço coletivo, à gestão responsável e à confiança dos cooperados, permitiu à nossa cooperativa alcançar resultados positivos e gerar sobras, reforçando sua solidez econômica e financeira.

Nossa cooperativa, com faturamento acima de R\$ 800 milhões, atua em diversas frentes estratégicas, laticínios, fábrica de ração, armazenamento de grãos, farmácia, lojas agropecuárias, supermercado e postos de combustíveis, o que amplia nossa relevância regional, mas também aumenta a complexidade da gestão e a exposição a diferentes riscos de mercado.

DESAFIOS ENFRENTADOS EM 2025 NAS ATIVIDADES

Laticínios - O setor enfrentou forte pressão nos custos de produção, especialmente energia, embalagens e logística, além da volatilidade no preço do leite ao produtor e da retração do consumo em determinados períodos. Ainda assim, ganhos de eficiência industrial e gestão de volumes permitiram a manutenção da rentabilidade.

Fábrica de ração - A oscilação nos preços dos grãos, aliada a custos elevados de insumos e transporte, exigiu ajustes constantes na formação de preços e no planejamento produtivo. O desafio foi conciliar competitividade com sustentabilidade financeira.

Armazenamento de grãos - O ano foi marcado por variações de safra, pressão por custos operacionais e maior exigência por eficiência logística e qualidade na conservação dos grãos. Mesmo assim, a unidade manteve altos níveis de ocupação e prestação de serviços aos cooperados.

Farmácia - O segmento sofreu com reajustes frequentes de medicamentos, maior concorrência de grandes redes e margens mais restritas, exigindo controle rigoroso de estoques e foco no atendimento diferenciado ao cooperado e à comunidade.

Lojas agropecuárias - A concorrência acirrada, a oscilação da demanda e o custo elevado de fertilizantes e defensivos impactaram diretamente o desempenho. A proximidade com o produtor e a confiança construída ao longo dos anos foram diferenciais importantes.

Supermercado - O aumento dos custos operacionais, perdas, logística e sensibilidade do consumidor ao preço representaram desafios constantes. Ainda assim, com todas as dificuldades e a busca constante de aumentar a eficiência nas operações e a busca do mix de produtos adequado, permitiram manter o equilíbrio econômico.

Postos de combustíveis - A volatilidade dos preços, margens reduzidas e custos regulatórios elevados exigiram atenção permanente à gestão e ao controle financeiro.

Mesmo diante desse cenário desafiador, o conjunto das atividades permitiu à cooperativa encerrar o exercício de 2025 com sobras, demonstrando a força do modelo cooperativista e a importância da diversificação dos negócios.

Expectativas e desafios para 2026 diante do cenário internacional

O ano de 2026 se apresenta igualmente desafiador, sobretudo em razão dos conflitos internacionais e tensões geopolíticas, cujos efeitos globais impactam diretamente: os preços de grãos, fertilizantes e insumos importados; o custo de energia, combustíveis e transporte; e a volatilidade cambial, que afeta desde a indústria até o varejo.

Esses fatores tendem a pressionar, os custos da fábrica de ração e dos laticínios; a logística e a ocupação do armazenamento de grãos; os preços finais nas lojas, farmácia, supermercado e postos.

Será um ano que exigirá ainda mais planejamento, disciplina financeira, eficiência operacional e capacidade de adaptação.

Reforma Tributária: desafios e oportunidades

Outro ponto central no horizonte das empresas é a Reforma Tributária, cujos efeitos começarão a se materializar de forma mais concreta nos próximos anos.

Entre os possíveis benefícios, destacam-se: simplificação do sistema tributário; maior transparência na formação de preços; e redução de litígios e insegurança jurídica.

Por outro lado, haverá também desafios importantes, como: necessidade de investimentos em sistemas, processos e capacitação; possíveis impactos no fluxo de caixa e nas margens, a depender do enquadramento de cada atividade; e revisão de contratos, preços e estratégias operacionais.

A cooperativa já está atenta a esse processo, buscando se preparar de forma responsável e gradual, sempre com foco na sustentabilidade do negócio e na proteção dos interesses dos cooperados.

Considerações finais

Encerramos este período com a convicção de que, apesar das dificuldades, nossa cooperativa segue forte, sólida e preparada para os desafios futuros. O cooperativismo mostra, mais uma vez, que a união de esforços, a participação ativa dos cooperados e a gestão responsável são fundamentais para atravessar momentos de incerteza.

Seguiremos trabalhando com seriedade, transparência e visão de longo prazo, confiantes de que, com a participação de todos, continuaremos gerando valor, desenvolvimento e resultados para nossos cooperados e para a comunidade.

Muito obrigado a todos pela confiança e parceria nas atividades.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.372.227	32.222.315		126.937.836	116.706.339
Contas a receber	6	115.209.415	112.087.857	13	34.065.315	28.767.289
Estoques	7	80.288.629	61.254.746	14	22.875.593	24.121.576
Impostos e contribuições a recuperar	8	41.324.751	42.161.570	15	5.781.139	5.504.099
Outros ativos	9	537.250	394.275	16	3.585.829	3.468.425
Despesas antecipadas		286.433	195.978	17	28.126.419	22.020.626
Total do ativo circulante		251.018.705	248.316.741		221.372.131	200.588.354
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber	6	3.404.694	2.068.820	12	14.550.000	23.494.306
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	-	16	1.131.686	3.419.986
Outros ativos	9	4.753.651	3.364.808		855.895	930.847
Investimentos	10	38.175.097	30.512.613	18	1.701.246	1.724.695
Imobilizado	11	132.662.271	111.233.651	19	1.410.071	1.265.600
Intangível		1.568.892	1.832.657	17	2.407.220	-
Total do não circulante		180.564.605	149.012.549		22.056.118	30.835.434
Total do ativo		431.583.310	397.329.290		431.583.310	397.329.290
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Fornecedores						
Obrigações com cooperados						
Salários, férias e obrigações sociais						
Obrigações tributárias						
Outros passivos						
Total do passivo circulante						
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Obrigações tributárias						
Capital a restituir						
Imposto de renda contribuição social diferidos						
Provisão para contingências						
Outros passivos						
Total do passivo não circulante						
Patrimônio líquido						
Capital social						
Ajuste de avaliação patrimonial – AAP						
Reserva de incentivos fiscais						
Reserva de equalização						
Reserva legal						
Fundo de desenvolvimento tecnológico						
Fundo de modernização						
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES						
Sobras à disposição da Assembleia						
Total do patrimônio líquido	21	188.155.061	165.905.502		188.155.061	165.905.502
Total do passivo e do patrimônio líquido		431.583.310	397.329.290		431.583.310	397.329.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

	Nota	2025	2024
Ingresso/ receita operacional líquido	22	782.057.951	692.827.865
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos		(683.152.707)	(607.297.681)
Sobra/ lucro bruto		98.905.244	85.530.184
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais			
Dispêndios/ despesas com pessoal	23	(26.283.061)	(24.786.206)
Dispêndios/ despesas administrativas e gerais	24	(21.277.492)	(18.314.512)
Dispêndios/ despesas comerciais	25	(13.319.701)	(12.228.683)
Dispêndios/ despesas tributárias	26	(1.945.521)	(1.898.841)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	27	(5.501.170)	(7.004.632)
		(68.326.945)	(64.232.874)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro		30.578.299	21.297.310
Resultado financeiro			
Ingressos/ receitas financeiras		7.016.956	9.518.412
Dispêndios/ despesas financeiras		(19.092.566)	(19.198.201)
	28	(12.075.610)	(9.679.789)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social		18.502.689	11.617.521
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		81.567	82.516
Imposto de renda e contribuição social – correntes	29	-	-
Sobra/ lucro líquido do exercício		18.584.256	11.700.037
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos		1.354.688	1.130.955
Utilização da RATES		1.189.206	1.540.164
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal		(5.204.346)	(1.720.457)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 25%		(3.980.953)	(3.162.675)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 15%		(2.388.572)	(1.897.605)
Fundo de modernização – 25%		(3.980.953)	(3.162.675)
RATES – 5%		(796.191)	(632.535)
Sobras à disposição da Assembleia	21	4.777.135	3.795.209

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Sobra/ lucro líquido do exercício	18.584.256	11.700.037
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>18.584.256</u>	<u>11.700.037</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Incentivos Fiscais	Reserva de equalização	Reserva legal	Fundo de desenvolvimento tecnológico	RATES	Fundo de Modernização	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	29.106.792	24.512.771	-	1.511.657	48.151.164	26.710.146	19.884.895	-	1.112.984	150.989.809
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO	-	-	-	-	1.112.984	-	-	-	(1.112.984)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.130.955)	-	-	-	-	-	-	1.130.955	-
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	1.735.637	-	-	-	-	-	-	-	-	1.735.637
Aumento de capital por admissões e capitalizações de retenções	2.722.123	-	-	-	-	-	-	-	-	2.722.123
Baixas de capital por saídas de cooperados	(1.242.104)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.242.104)
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para reserva legal	-	-	-	-	1.720.457	-	-	-	(1.720.457)	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	-	(1.540.164)	-	1.540.164	-
Sobra/lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	11.700.037	11.700.037
Constituição de reservas estatutárias:										
Reserva legal	-	-	-	-	3.162.675	-	-	-	(3.162.675)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	-	1.897.605	-	-	(1.897.605)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	-	632.535	3.162.675	(3.162.675)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	32.321.848	23.381.816	-	1.511.657	54.147.280	28.607.751	18.977.266	3.162.675	3.795.209	165.905.502
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO	-	-	-	-	3.795.209	-	-	-	(3.795.209)	-
Constituição de reservas de incentivos fiscais - ad referendum	-	-	5.561.016	-	-	(5.561.016)	-	-	-	-
Adequação de saldo de Créditos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência do saldo de adequação de saldo de créditos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.436.255)	-	-	-	-	-	-	1.354.688	(81.567)
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	1.928.768	-	-	-	-	-	-	-	-	1.928.768
Aumento de capital por admissões e capitalizações de retenções	2.660.546	-	-	-	-	-	-	-	-	2.660.546
Baixas de capital por saídas de cooperados	(842.444)	-	-	-	-	-	-	-	-	(842.444)
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para reserva legal	-	-	-	-	5.204.346	-	-	-	(5.204.346)	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	-	(1.189.206)	-	1.189.206	-
Sobra/lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	18.584.256	18.584.256
Constituição de reservas estatutárias:										
Reserva legal	-	-	-	-	3.980.953	-	-	-	(3.980.953)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	-	2.388.572	-	-	(2.388.572)	-
Fundo de modernização	-	-	-	-	-	-	3.980.953	3.980.953	(3.980.953)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	-	796.191	-	(796.191)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36.068.718	21.945.561	5.561.016	1.511.657	67.127.788	25.435.307	18.584.251	7.143.628	4.777.135	188.155.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra/lucro líquido do exercício	18.584.256	11.700.037
Ajuste para conciliar a sobra líquida do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81.567)	(82.516)
Depreciações	6.793.697	4.302.494
Amortizações	263.766	263.766
Valor residual das baixas do imobilizado	301.392	124.885
Provisões para ações judiciais	144.471	38.598
Juros provisionados empréstimos e financiamentos	13.090.375	8.971.867
Ganhos com cooperativa investida	(5.266.144)	(1.870.928)
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(4.457.432)	(40.086.779)
Estoques	(19.033.883)	(9.378.537)
Impostos e contribuições a recuperar	836.819	10.777.250
Despesas antecipadas	(90.455)	66.065
Bens destinados a venda	-	-
Outros ativos	(1.531.818)	(872.773)
Aumento (redução) nos passivos:	-	-
Fornecedores	5.298.026	12.730.084
Obrigações com cooperados	(1.245.983)	10.907.728
Salários, férias e obrigações sociais	277.040	(157.088)
Obrigações tributárias	(2.194.345)	(555.782)
Outros passivos e capital a restituir	8.438.061	12.476.376
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>20.126.276</u>	<u>19.354.747</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento dos investimentos	(2.396.340)	(2.565.168)
Aquisições do imobilizado	(28.523.709)	(14.694.488)
Aquisições do intangível	-	(36.446)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(30.920.049)</u>	<u>(17.296.102)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Capitação de empréstimos financiamentos	111.300.000	142.400.000
Pagamento de empréstimos financiamentos - juros	(13.590.981)	(13.248.874)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	(109.512.204)	(120.778.958)
Aumento de capital por admissões de cooperados e capitalizações de retenções	2.660.546	2.722.123
Aumento de capital com capitalização dos juros sobre o capital	1.928.768	1.735.637
Baixas de capital por saídas de cooperados	(842.444)	(1.242.104)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>(8.056.315)</u>	<u>11.587.824</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.850.088)</u>	<u>13.646.469</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.372.227	32.222.315
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.222.315	18.575.846
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.850.088)</u>	<u>13.646.469</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu – COOPERVAP é uma sociedade cooperativa sediada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, cuja finalidade essencial é promover o desenvolvimento econômico e social de seus cooperados, por meio da integração das atividades agropecuárias, industriais e comerciais.

A Cooperativa tem como atividade principal o recebimento, resfriamento, industrialização e distribuição de leite produzido pelos associados, atuando também no estímulo ao fortalecimento do cooperativismo e na defesa dos interesses comuns do seu quadro social.

Além disso, desenvolve programas e operações estruturadas nas seguintes áreas:

- (a) Recebimento, beneficiamento e comercialização de leite, bem como armazenagem, classificação e comercialização de produtos agrícolas dos cooperados, como soja, milho e demais grãos;
- (b) Comercialização de insumos agropecuários, peças, implementos, defensivos, medicamentos veterinários e demais mercadorias destinadas ao setor agropecuário, por meio de lojas próprias;
- (c) Venda de produtos de consumo para cooperados e terceiros, por meio de supermercado, farmácia/drogaria, unidade veterinária, açougue, padaria, confecções e demais operações de varejo;
- (d) Desenvolvimento de pesquisas, assistência técnica e cooperação tecnológica nas áreas agropecuária, veterinária e de manejo produtivo;
- (e) Industrialização e fornecimento de rações para pecuária de corte, leite e outras atividades agropecuárias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa contava com 3.213 cooperados, ante 3.050 cooperados em 31 de dezembro de 2024, demonstrando expansão do quadro social.

O atendimento aos associados ocorre por meio da matriz em Paracatu – MG e por unidades operacionais, incluindo:

- unidades industriais de ração e laticínios;
- unidades recebedoras e armazenadoras de grãos;
- lojas agropecuárias;
- supermercado;
- farmácia e áreas correlatas de varejo e serviços.

Essas operações compõem a estrutura integrada da Cooperativa, voltada à prestação de serviços, fornecimento de produtos, apoio técnico e comercialização da produção dos cooperados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando aplicável, para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 3.

2.2 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando-se, adicionalmente, as peculiaridades das sociedades cooperativas, conforme estabelecido pela Lei nº 5.764/1971.

A elaboração dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 6 de março de 2026, não tendo ocorrido, entre a data de encerramento do exercício e a data de aprovação, eventos subsequentes que exigissem ajustes ou divulgações adicionais capazes de impactar as informações econômicas, financeiras ou patrimoniais apresentadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações financeiras, e apenas essas, foram devidamente consideradas e divulgadas, refletindo fielmente os registros e controles mantidos pela Cooperativa.

Os itens apresentados nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda funcional da Cooperativa, definida como o principal ambiente econômico no qual opera. As demonstrações financeiras estão expressas em Reais (R\$), que corresponde à moeda funcional da entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

2.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, esses ativos e passivos são registrados pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão, quando aplicável.

A mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, conforme a classificação contábil atribuída ao instrumento financeiro, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.3.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias, conforme o modelo de negócios da Cooperativa e as características dos fluxos de caixa contratuais: Custo amortizado; Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), instrumentos de dívida; Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI), instrumentos patrimoniais; e Valor justo por meio do resultado (FVTPL).

A classificação determina a forma de mensuração subsequente: Ativos classificados a custo amortizado são mensurados pelo valor inicial ajustado por juros, amortizações e perdas (impairment); Ativos mensurados ao FVOCI têm suas variações reconhecidas em outros resultados abrangentes; e Ativos mensurados ao FVTPL têm suas variações reconhecidas diretamente no resultado.

Os passivos financeiros são classificados como: Custo amortizado, ou Valor justo por meio do resultado (FVTPL), quando designados nessa categoria no reconhecimento inicial ou quando mantidos para negociação.

Passivos mensurados ao FVTPL são registrados ao valor justo, com reconhecimento das variações no resultado, enquanto os demais são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Ganhos, perdas e despesas financeiras relacionadas aos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado.

2.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, quando existentes, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Esse valor corresponde ao montante pelo qual o ativo pode ser realizado ou o passivo liquidado entre partes conhecedoras do negócio, atuando em condições normais de mercado.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são reavaliados pelo valor justo a cada data das demonstrações financeiras, com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Nos exercícios de 2025 e 2024, não foram realizadas operações com derivativos para fins especulativos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados em base líquida quando: existe direito legal de compensar os valores reconhecidos; e há intenção de liquidar os instrumentos de forma líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Na ausência dessas condições, os instrumentos são apresentados de forma bruta no balanço patrimonial.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros

A Cooperativa avalia, ao final de cada exercício, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando:

- ocorreu um ou mais eventos de perda após o reconhecimento inicial do ativo; e
- tais eventos têm impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados.

Entre os principais indicadores de perda estão:

- dificuldades financeiras relevantes do devedor;
- inadimplência ou quebra de contrato;
- renegociações desfavoráveis;
- evidências de deterioração econômica.

Se, posteriormente, o valor da perda reduz-se e essa redução pode ser objetivamente associada a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda (como melhoria na classificação de risco do devedor), a reversão da perda é registrada no resultado, limitada ao valor que o ativo apresentaria caso a perda não tivesse sido reconhecida.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a três meses a partir da data da aplicação, e que estejam sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez imediata e à gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes e cooperados representam os valores decorrentes da venda de produtos, mercadorias e da prestação de serviços no curso normal das operações da Cooperativa. Os valores com prazo de realização igual ou inferior a doze meses são classificados no ativo circulante, enquanto aqueles com prazo superior são apresentados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de recebimento contratual.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

Inicialmente, as contas a receber são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidas das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), determinadas conforme os requisitos de impairment previstos nas práticas contábeis aplicáveis.

Na prática, esses valores correspondem aos montantes faturados aos clientes e cooperados, ajustados a valor presente quando os efeitos financeiros são relevantes, acrescidos dos encargos contratuais, e reduzidos pela provisão para perdas, quando aplicável, de forma a refletir o valor recuperável dos créditos.

2.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O custo é apurado com base no método da média ponderada móvel, abrangendo: gastos de aquisição; custos de produção; despesas de transformação; e outros custos necessários para trazer os itens às suas condições e localizações atuais.

Para produtos acabados, o custo inclui: matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, custos diretos e os gastos indiretos de produção, alocados com base na capacidade normal de operação.

O valor líquido de realização representa o preço estimado de venda no curso normal das operações, deduzido dos custos estimados de conclusão e das despesas necessárias para a venda.

A Cooperativa avalia periodicamente seus estoques quanto ao valor recuperável. Quando identificados itens obsoletos, de baixa rotatividade ou cuja realização é provável por valor inferior ao custo, são constituídas provisões para perdas, reconhecidas imediatamente no resultado do exercício.

2.7 Investimentos

Os investimentos em sociedades cooperativas são mensurados pelo custo de aquisição, ajustado quando aplicável ao valor justo, uma vez que as práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem a aplicação do método da equivalência patrimonial para investimentos em cooperativas.

Periodicamente, a Cooperativa avalia o valor recuperável desses ativos. Caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado, é reconhecida a perda por impairment, reduzindo o investimento ao seu montante recuperável, conforme as práticas contábeis aplicáveis.

O saldo de investimentos é composto, substancialmente, pela participação da Cooperativa na Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL, além de outras entidades do sistema cooperativista.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

2.8 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável (impairment). Para determinados grupos de ativos, terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e veículos, os valores podem ser ajustados ao valor justo ou ao custo atribuído (deemed cost), com base em laudos técnicos elaborados por peritos independentes.

O custo do ativo inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou construção, como fretes, seguros, instalação e testes.

Quando componentes significativos de um ativo possuem vidas úteis distintas, estes são registrados e depreciados individualmente, de forma a refletir adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Os custos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que gerarão benefícios econômicos futuros adicionais ao ativo original e que possam ser mensurados de forma confiável. Os demais gastos, tais como reparos e manutenções de rotina, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que são incorridos.

Os terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas decorrentes da alienação ou baixa de ativos são determinados pela diferença entre o valor recebido e o valor contábil líquido do bem, sendo reconhecidos em “outros ingressos/dispêndios operacionais” na demonstração das sobras ou perdas.

A depreciação é calculada pelo método linear, ao longo da vida útil econômica estimada dos bens, considerando seus valores residuais e as taxas definidas com base nos laudos técnicos e na avaliação interna da Administração. As taxas de depreciação aplicáveis encontram-se detalhadas na Nota 11 das demonstrações financeiras.

2.9 Intangível

Os ativos intangíveis são compostos, essencialmente, por softwares adquiridos de terceiros, bem como marcas e patentes, registrados inicialmente pelo custo de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

A amortização é calculada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros esperados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são avaliados periodicamente para identificar indícios de perda por redução ao valor recuperável (impairment). A Cooperativa realiza esse teste sempre que eventos, condições ou mudanças nas circunstâncias operacionais indiquem que o valor contábil de um ativo pode não ser recuperável.

Quando identificado um indicativo de perda, a Cooperativa estima o valor recuperável do ativo, definido como o maior valor entre:

- o valor justo líquido de despesas de venda, e
- o valor em uso, calculado com base nos fluxos de caixa futuros esperados descontados ao valor presente.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável do ativo, sendo registrada imediatamente no resultado.

Os ativos que tenham sofrido reconhecimento de perda são reavaliados em períodos subsequentes, para fins de verificar eventual reversão da perda, limitada ao valor contábil que o ativo teria apresentado caso o impairment não tivesse sido reconhecido, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo dos recursos obtidos, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, refletindo apropriadamente os encargos financeiros ao longo da maturidade das obrigações.

A diferença entre o valor líquido recebido e o valor a ser liquidado, incluindo juros, encargos e custos de transação, é reconhecida na demonstração das sobras e perdas ao longo do prazo dos contratos, conforme o regime de competência.

A classificação entre passivo circulante e não circulante é determinada com base nos prazos contratuais de vencimento: os valores com pagamento previsto nos próximos doze meses são apresentados no passivo circulante; os demais, com liquidação após esse período, são apresentados como passivo não circulante.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores e cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados representam obrigações decorrentes da aquisição de bens, mercadorias e serviços no curso normal das operações da Cooperativa. Esses passivos são classificados no passivo circulante quando possuem vencimento previsto para os próximos doze

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

meses; os valores com liquidação programada para períodos superiores são apresentados no passivo não circulante.

Essas obrigações são inicialmente reconhecidas pelo valor justo da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, conforme requerido pelas práticas contábeis aplicáveis.

Na prática, esses passivos correspondem, predominantemente, aos valores faturados por fornecedores e cooperados, ajustados, quando relevante, pelos efeitos financeiros associados aos prazos de pagamento.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados, para a qual seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para sua liquidação, e cujo valor possa ser estimado de forma confiável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas provisões incluem, entre outras, aquelas relacionadas a ações judiciais de natureza trabalhista, previdenciária, tributária e cível, avaliadas com base em pareceres de assessores jurídicos e na melhor estimativa da Administração quanto ao risco de perda e ao valor esperado de desembolso.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos estimados, quando aplicável, considerando os riscos específicos associados a cada obrigação. Os ajustes decorrentes da passagem do tempo (encargos financeiros) são reconhecidos no resultado como despesas operacionais.

O reconhecimento, a revisão e o eventual estorno das provisões são efetuados com base nas melhores estimativas disponíveis na data das demonstrações financeiras e refletem a avaliação contínua dos riscos envolvidos.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente

Em conformidade com o regime jurídico das sociedades cooperativas, previsto na Lei nº 5.764/1971, as operações realizadas pela Cooperativa com seus cooperados (atos cooperativos) não constituem fato gerador do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) nem da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Dessa forma, a sobra líquida decorrente das atividades com cooperados não está sujeita à tributação federal sobre o lucro.

As operações efetuadas com terceiros não cooperados (atos não cooperativos) estão sujeitas à incidência de IRPJ e CSLL, quando aplicável, utilizando-se o regime de apuração pelo lucro real, conforme previsto na legislação tributária vigente. Nesses casos, o imposto corrente é calculado com base nas alíquotas federais vigentes, considerando as regras de adições, exclusões e compensações previstas na legislação fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

A Cooperativa reconhece as despesas de IRPJ e CSLL correntes com base na melhor estimativa dos tributos devidos no período, refletidas diretamente na demonstração das sobras e perdas.

2.15 Outros ativo e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são registrados ao custo de aquisição ou ao valor de realização, conforme aplicável, acrescidos dos rendimentos, atualizações monetárias ou demais variações que tenham sido efetivamente auferidas até a data do balanço.

Os outros passivos representam obrigações cujos valores são conhecidos ou estimáveis, sendo registrados pelos montantes devidos, acrescidos dos encargos, atualizações ou correções aplicáveis, de acordo com a natureza da obrigação.

A classificação entre circulante e não circulante baseia-se na expectativa de realização ou liquidação:

- são classificados como circulantes os ativos realizáveis e os passivos exigíveis dentro dos próximos doze meses;
- e como não circulantes aqueles cuja realização ou liquidação se espera que ocorra após esse período.

2.16 Capital social

O capital social da Cooperativa é constituído por cotas-partes subscritas e integralizadas pelos cooperados, classificadas no patrimônio líquido, conforme previsto no artigo 140 da Lei nº 13.097/2015 e nas disposições da Lei nº 5.764/1971, que rege o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Nos casos de demissão, eliminação ou exclusão do cooperado, a devolução do capital integralizado ocorre de acordo com os critérios, prazos e condições estabelecidos no Estatuto Social e deliberados em Assembleia Geral.

Os valores a restituir são classificados como passivo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de liquidação, observando-se as regras estatutárias e a forma de devolução aprovada pelos cooperados.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários classificados como não circulantes, e os circulantes quando o seu efeito for material em relação às demonstrações financeiras, são ajustados ao valor presente de seus fluxos de caixa futuros.

O Ajuste a Valor Presente (AVP) é calculado com base nos fluxos contratuais de recebimento ou pagamento e na taxa de juros explícita, ou, quando aplicável, na taxa implícita, incorporada à transação.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Os juros embutidos nesses ativos e passivos são segregados e reconhecidos no resultado conforme o regime de competência, por meio do método da taxa efetiva de juros, refletindo a apropriação financeira ao longo do tempo em linha com os fluxos de caixa estimados.

Quando utilizadas, as taxas de juros implícitas são determinadas a partir de premissas técnicas consideradas estimativas contábeis, sujeitas a revisão periódica pela Administração, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.18 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Cooperativa adota os critérios estabelecidos nas práticas contábeis vigentes para o reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais, conforme descrito a seguir:

Ativos contingentes - ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existe decisão judicial transitada em julgado ou garantia real que assegure, de forma inequívoca, a realização do direito.

Nos casos em que a probabilidade de êxito é considerada provável, mas ainda não definitiva, são apenas divulgados em nota explicativa, não sendo registrados no ativo.

Passivos contingentes - passivos contingentes são reconhecidos como provisão somente quando:

- existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada;
- é provável que será necessária uma saída de recursos para sua liquidação; e
- o valor pode ser estimado com confiabilidade.

Contingências classificadas como de perda possível não são reconhecidas como provisão, sendo apenas divulgadas em nota explicativa.

Contingências classificadas como de perda remota não são reconhecidas nem divulgadas, conforme as práticas contábeis aplicáveis.

Obrigações legais - as obrigações legais tributárias decorrentes de questionamentos judiciais promovidos pela Cooperativa são reconhecidas integralmente no passivo, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito, uma vez que representam obrigações cujos valores são exigíveis por força de lei até decisão judicial definitiva em sentido contrário.

2.19 Reconhecimento do ingresso/ receita

O ingresso/receita corresponde ao valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos e pela prestação de serviços no curso normal das operações da Cooperativa. Esses valores são apresentados líquidos de impostos incidentes, devoluções, abatimentos, descontos comerciais e juros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

O reconhecimento do ingresso/receita ocorre quando: o valor da transação pode ser mensurado de forma confiável; é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa; e foram atendidos os critérios específicos de transferência de controle e de obrigações associados a cada tipo de operação.

Venda de produtos e mercadorias - o ingresso/receita é reconhecido quando a Cooperativa deixa de deter o controle sobre os bens vendidos e os riscos e benefícios substanciais relacionados à propriedade dos produtos são transferidos ao comprador.

No momento do reconhecimento, não deve persistir: controle sobre os produtos, responsabilidade associada à propriedade, ou qualquer obrigação de performance remanescente relevante.

Esse reconhecimento geralmente coincide com a entrega dos produtos, conforme as condições comerciais definidas com o cooperado ou cliente.

Receita financeira - a receita financeira é reconhecida de acordo com o prazo decorrido, utilizando o método da taxa efetiva de juros, refletindo a apropriação dos rendimentos e encargos financeiros conforme o regime de competência.

2.20 Arrendamentos

A Cooperativa avalia seus contratos para determinar se configuram arrendamentos, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R2). Quando aplicável, o arrendatário reconhece: um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o bem arrendado; e um passivo de arrendamento, correspondente à obrigação de efetuar os pagamentos previstos no contrato.

A mensuração inicial do passivo considera os pagamentos futuros descontados, enquanto o ativo de direito de uso é mensurado com base no valor inicial do passivo, ajustado por eventuais custos diretos, pagamentos antecipados ou benefícios recebidos.

O pronunciamento contábil permite isenções práticas para: arrendamentos de curto prazo (contratos com prazo igual ou inferior a 12 meses), e arrendamentos de baixo valor. A Cooperativa adota essas isenções quando aplicáveis.

A contabilidade do arrendador permanece consistente com a prática anterior, distinguindo os contratos entre arrendamentos financeiros e arrendamentos operacionais.

No contexto das operações da Cooperativa, os contratos classificados como arrendamentos abrangem, principalmente, aluguéis de unidades operacionais e instalações, cujos valores não são considerados relevantes em relação às demonstrações financeiras. Por esse motivo, tais desembolsos têm sido

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

reconhecidos diretamente no resultado como despesas de aluguel, de acordo com o regime de competência.

2.21 Destinações estatutárias e legais

As destinações estatutárias e legais são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, em conformidade com o Estatuto Social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/1971, que disciplina o regime jurídico das sociedades cooperativas.

A constituição das reservas obrigatórias e estatutárias ocorre somente após a apuração das sobras líquidas, respeitando os percentuais e finalidades estabelecidos no Estatuto. As sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) não são reconhecidas contabilmente como provisão até que sejam formalmente aprovadas pelos cooperados em AGO, conforme o regime de competência e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Cooperativa calcula juros ao capital integralizado dos cooperados, observando os limites legais e condicionando seu reconhecimento à existência de sobras suficientes no exercício.

2.22 Benefício a empregados

Os benefícios a empregados são reconhecidos de acordo com o regime de competência, sendo registrados como dispêndios à medida que os serviços são prestados pelos colaboradores. As obrigações correspondentes são mensuradas pelo valor nominal esperado, uma vez que se trata de benefícios de curto prazo, não sujeitos a desconto a valor presente.

A Cooperativa reconhece um passivo quando existe uma obrigação legal ou construtiva de realizar pagamentos futuros relacionados ao serviço já prestado e quando tais valores podem ser estimados de forma confiável. Esses benefícios incluem salários, provisões de férias, encargos sociais e demais obrigações associadas ao vínculo empregatício.

2.23 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), decorrente das mais ou menos-valias identificadas na avaliação do ativo imobilizado com base no método de custo atribuído (deemed cost), é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na conta “Sobras à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO)”, líquida dos respectivos efeitos tributários diferidos.

A realização ocorre gradualmente, principalmente por meio da depreciação adicional associada ao valor reavaliado, ou quando da baixa ou alienação dos bens correspondentes, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

2.24 Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada utilizando o método indireto, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Nesse método, o resultado do exercício é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, bem como pelas variações ocorridas nos saldos de ativos e passivos operacionais, de forma a apresentar os fluxos líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Cooperativa.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça estimativas, premissas e exerça julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis, bem como os valores apresentados de ativos, passivos, ingressos/receitas e dispêndios/despesas.

Essas estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência histórica, em informações disponíveis e em expectativas razoáveis sobre eventos futuros. Entretanto, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Determinadas áreas exigem maior grau de julgamento por envolverem premissas complexas ou sujeitas a significativa incerteza. As estimativas que apresentam risco relevante de resultar em ajustes materiais nos valores contábeis de ativos e passivos nos períodos subsequentes incluem:

3.1.1 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas são calculadas com base na avaliação do risco de inadimplência dos clientes e cooperados, considerando:

- natureza do crédito;
- situação de vencimento;
- histórico de recebimento;
- existência de garantias;
- avaliações jurídicas, quando aplicável.

(Ver Nota 6.)

3.1.2 Perdas estimadas para não realização de estoques

As provisões são constituídas quando identificado risco de obsolescência, movimentação lenta ou redução no valor realizável líquido, assegurando que os estoques estejam registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização.

(Ver Nota 7.)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

3.1.3 Perdas estimadas para não realização de impostos e contribuições a recuperar

A Administração avalia periodicamente a probabilidade de realização dos créditos tributários registrados, especialmente aqueles dependentes de:

- processos de ressarcimento;
- compensações perante o fisco;
- utilização conforme legislação vigente.

Quando identificada incerteza relevante, é constituída provisão para não realização dos créditos. (Ver Nota 8.)

3.1.4 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas para processos judiciais cuja perda é avaliada como provável, com base em:

- pareceres dos assessores jurídicos;
- natureza da ação;
- histórico de decisões em casos similares;
- análise da Administração sobre risco e estimativa de desembolso.

As contingências classificadas como possíveis são divulgadas, mas não provisionadas, e as de risco remoto não são reconhecidas nem divulgadas.

(Ver Nota 19.)

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa expõem-na a diversos riscos financeiros, cuja gestão é conduzida pela Administração em conformidade com políticas corporativas formais e práticas de mercado. Os principais riscos monitorados são: risco de crédito, risco de liquidez, riscos inerentes à atividade agropecuária e risco de taxas de juros.

Risco de crédito

O risco de crédito representa a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de clientes, cooperados ou contrapartes cumprirem suas obrigações financeiras. Esse risco está diretamente relacionado aos valores registrados nos instrumentos financeiros, como: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, repasses a cooperados, e operações de crédito e demais transações financeiras.

A Cooperativa avalia previamente a capacidade financeira de contraparte e, quando necessário, exige garantias reais ou pessoais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Dada a natureza do setor agropecuário, os cooperados estão sujeitos a riscos climáticos que podem resultar em frustração de safra e afetar sua capacidade de pagamento. Para mitigar esse risco, a Cooperativa mantém política ativa de renegociação e prorrogação de prazos, bem como estrutura patrimonial capaz de absorver eventuais inadimplências.

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contábeis, que se aproximam de seus valores justos, conforme descrito nas respectivas notas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Cooperativa não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos prazos estabelecidos.

O gerenciamento desse risco envolve: manutenção de reservas adequadas de caixa; gestão ativa dos fluxos de caixa operacionais; acesso a linhas de crédito disponíveis junto a instituições financeiras; análises periódicas de investimentos e necessidades de capital; autorização anual dos cooperados para contratação de crédito em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2025, os índices de liquidez corrente e liquidez geral, respectivamente 1,13 e 1,07, indicavam adequada capacidade financeira para liquidar obrigações de curto, médio e longo prazo.

Riscos inerentes à atividade (risco operacional/agropecuário)

A Cooperativa atua em segmentos diretamente vinculados à produção agrícola e pecuária de seus cooperados, incluindo: comercialização de insumos, recebimento e beneficiamento de grãos, operações industriais, e varejo agropecuário.

Nessas atividades, o principal risco operacional é o risco climático, que pode impactar volumes de produção, preços, produtividade e capacidade de pagamento dos cooperados. Oscilações na cotação de commodities, variações cambiais e alterações nas políticas governamentais (subsídios, taxas de financiamento, programas de apoio) também representam riscos relevantes que afetam margens e volumes de negócios.

Risco de taxas de juros

O risco de taxas de juros decorre de a possibilidade de variações relevantes nas taxas impactarem o custo do endividamento. No entanto, a Cooperativa não possui exposição significativa, pois a maior parte dos financiamentos está contratada a taxas fixas, variando, predominantemente, entre 3% e 11,5% ao ano.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Dessa forma, o risco de flutuação adversa nas taxas de juros sobre o nível de endividamento e sobre o resultado é considerado não relevante.

4.2 Gestão de capital

A gestão de capital da Cooperativa tem como objetivo principal manter uma estrutura de capital sólida, capaz de: assegurar os recursos necessários para investimentos; sustentar a continuidade operacional e garantir níveis adequados de liquidez para financiamento das atividades comerciais e industriais.

A política de capital da Cooperativa busca equilibrar: Liquidez operacional, Endividamento sustentável, Rentabilidade, e Preservação do patrimônio dos cooperados.

Os recursos destinados aos investimentos em ativos fixos, essenciais para o crescimento contínuo e a modernização tecnológica da Cooperativa, são obtidos por meio de: sobras retidas e reservas estatutárias, e linhas de financiamento de longo prazo, contratadas de forma compatível com a capacidade de geração de caixa e o ciclo operacional dos projetos.

Para garantir a liquidez necessária às operações comerciais, a Cooperativa utiliza, quando apropriado, linhas de crédito de curto prazo, especialmente aquelas vinculadas ao crédito rural, amplamente utilizadas no setor agropecuário devido às condições favoráveis de prazo e custo financeiro.

A Administração monitora periodicamente indicadores de liquidez e endividamento, mantendo uma estrutura de capital que suporte adequadamente os riscos do negócio e permita o desenvolvimento sustentável das atividades.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	271.155	258.073
Bancos conta movimento	2.021.017	25.895.148
Aplicações financeiras	11.080.055	6.069.094
	<u>13.372.227</u>	<u>32.222.315</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com o objetivo de suprir as necessidades de liquidez imediata da Cooperativa, permitindo o cumprimento de compromissos financeiros de curto prazo. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são realizadas exclusivamente em instituições financeiras de primeira linha, possuem alta liquidez, vencimento original igual ou inferior a três meses, e são de conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em reais

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	258.073	313.018
Bancos conta movimento	25.895.148	1.084.810
Aplicações financeiras	<u>6.069.094</u>	<u>17.178.018</u>
	<u>32.222.315</u>	<u>18.575.846</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa. Em 2024 o saldo de bancos conta movimento se apresentou elevado, o qual foi utilizado na liquidação antecipada de contrato de empréstimos no dia 2 de janeiro de 2025, obtendo o benefício do abatimento nos juros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Essas aplicações são remuneradas de acordo com as condições de mercado, considerando o prazo e a data da aplicação, e podem ser resgatadas conforme a necessidade operacional da Cooperativa.

Em 2024, o saldo da conta movimento apresentou-se elevado, pois os recursos foram mantidos disponíveis para a liquidação antecipada de um contrato de empréstimo em 2 de janeiro de 2025, operação que resultou em benefício financeiro pela redução dos encargos de juros contratados.

6 Contas a receber

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Clientes	55.239.660	1.733.944	56.973.604	62.042.725
Cooperados	67.439.534	3.395.791	70.835.325	54.551.722
Repasses a cooperados – conta financiada	-	6.320.991	6.320.991	-
Cartões a receber	4.778.899	-	4.778.899	4.674.466
Cheques a receber	1.878.662	-	1.878.662	2.153.945
(-) Ajuste a valor presente (i)	(1.235.521)	(944.764)	(2.180.285)	(760.612)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	(12.891.819)	(7.101.268)	(19.993.087)	(10.574.389)
	115.209.415	3.404.694	118.614.109	112.087.857
				2.068.820
				114.156.677

(i) O ajuste a valor presente é calculado considerando os prazos de vencimento dos títulos a receber. Os juros implícitos nesses ativos são segregados e descontados para que o valor seja reconhecido de acordo com o regime de competência, assegurando que os ingressos financeiros sejam apropriados ao resultado de forma sistemática e compatível com o fluxo econômico da operação.

(ii) As Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são determinadas com base em uma análise detalhada do risco de crédito dos cooperados e clientes, levando em consideração: a situação individual de cada devedor; o perfil e o histórico de pagamento; as garantias reais vinculadas às operações; e as avaliações da assessoria jurídica da Cooperativa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

A montante constituído reflete a melhor estimativa da Administração quanto às perdas esperadas e é considerada suficiente para cobrir eventuais inadimplências identificadas na carteira de contas a receber.

7 Estoques

Descrição	2025	2024
Produtos e Mercadorias para revenda	40.182.705	35.022.145
Produtos agrícolas – terceiros (i)	16.539.533	8.073.989
Matérias-primas	9.974.522	6.372.408
Produtos agrícolas	6.180.641	298.724
Almoxarifado	3.609.214	2.936.188
Aquisição de mercadorias para recebimento futuro	3.193.128	9.704.942
Mercadoria em depósito	971.937	22.478
Bovinos	592.227	153.498
Produtos em elaboração	453.167	600.773
(-) Perdas estimadas para não realização dos estoques	(1.408.445)	(1.930.399)
	80.288.629	61.254.746

(i) O saldo de “Produtos agrícolas – terceiros” corresponde às obrigações relacionadas aos estoques pertencentes a cooperados e terceiros e depositados nas unidades da Cooperativa sob a forma de guarda e armazenagem. Esses volumes não constituem ativos da Cooperativa, sendo controlados mediante contrapartida na rubrica “Outros passivos”, conforme apresentado na Nota 17.

Durante o exercício de 2024, a Cooperativa concluiu a implementação do módulo integrado de controle de estoques e custo de produção, incluindo: revisão de processos operacionais; integração sistêmica com a contabilidade; conciliações entre estoques físicos e contábeis; validação da formação de custo médio ponderado.

Em 2024, o processo foi finalizado para todas as unidades, exceto o supermercado e uma loja agropecuária. Em 2025, a etapa remanescente referente à loja agropecuária foi concluída, permanecendo em processo apenas a unidade supermercado, que será concluída em 2026, cujo estoque em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 8.338.186.

A Administração avaliou criticamente os saldos de estoques e entende que a provisão para perdas por não realização registrada é suficiente para cobrir eventuais riscos relacionados a: obsolescência; itens de baixa rotatividade; deterioração; e realização por montantes inferiores ao custo.

Adicionalmente, a Administração estabeleceu metas de gestão e acompanhamento contínuo da composição dos estoques, visando reduzir gradualmente a necessidade de provisão, com reversões sendo efetuadas proporcionalmente à efetiva realização dos itens.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

8 Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS (ii)	16.071.922	-	16.071.922	25.842.471	-	25.842.471
COFINS	26.207.201	49.735.547	75.942.748	12.987.216	49.735.547	62.722.763
PIS	5.746.357	10.674.321	16.420.678	2.848.959	10.674.321	13.523.280
Imposto de renda	3.619.680	-	3.619.680	1.941.499	-	1.941.499
Contribuição social	886.386	-	886.386	388.260	-	388.260
Imposto de renda s/ aplicação financeira	279.822	-	279.822	568.688	-	568.688
INSS	2.300	-	2.300	-	-	-
(-) Provisão para não realização de créditos de PIS/COFINS	(11.488.917)	(60.409.868)	(71.898.785)	(2.415.523)	(60.409.868)	(62.825.391)
	41.324.751	-	41.324.751	42.161.570	-	42.161.570

(i) Com o advento do artigo 21 da Lei nº 10.865/2004, as cooperativas agropecuárias passaram a se submeter ao regime não cumulativo das contribuições ao PIS e à COFINS, podendo apropriar créditos sobre as aquisições de matérias-primas, insumos, embalagens, produtos destinados à revenda, bem como outros gastos vinculados aos processos industriais dos laticínios, da fábrica de ração e das lojas agropecuárias. Esses créditos podem ser compensados com os débitos das mesmas contribuições gerados nas operações tributáveis com terceiros não associados (atos não cooperativos) ou pleiteados por ressarcimento perante a Receita Federal.

Contudo, considerando que a maior parte das operações da Cooperativa constitui atos cooperativos, que não geram débitos de PIS e COFINS, a realização dos créditos acumulados depende, substancialmente: de pedidos de ressarcimento em análise pela Receita Federal, e de compensações tributárias com outros tributos administrados pela RFB, por meio do PER/DCOMP.

Diante dessa incerteza quanto ao prazo e efetiva realização dos créditos, a Administração, de forma conservadora, constituiu perdas estimadas para não realização sobre parte dos créditos registrados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Essa provisão será revertida gradualmente, à medida que os valores forem homologados e efetivamente ressarcidos ou compensados pelo Fisco.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Cooperativa realizou créditos no montante de R\$ 3.368.946 e R\$ 9.208.680, respectivamente, por meio de pedidos e compensações junto à Receita Federal. Há, ainda, outros pedidos de ressarcimento pendentes de análise, protocolados pela assessoria jurídica especializada.

(ii) A Administração da Cooperativa permanece empenhada na realização dos créditos acumulados de ICMS, por meio de alternativas operacionais e legais compatíveis com a legislação tributária estadual. Em 2025 e 2024, a Cooperativa conseguiu utilizar parte desses créditos na aquisição de máquinas agrícolas, no montante de R\$ 17.825.800 e R\$ 8.590.880 respectivamente, conforme previsto na legislação estadual aplicável.

9 Outros ativos

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Consórcios	-	4.475.737	4.475.737	-	3.337.900	3.337.900
Adiantamentos a colaboradores	537.250	277.914	815.164	394.275	26.908	421.183
	537.250	4.753.651	5.290.901	394.275	3.364.808	3.759.083

10 Investimentos

a. Composição do saldo

	2025	2024
CEMIL	36.495.649	28.963.842
Sicoob Credicopa	1.274.489	-
Sicoob Sis Br	274.060	172.367
Credivaz	68.606	68.606
Cotas de consórcio	58.756	80.201
Unicred	1.428	1.000
Sicoob Credipinho	1.108	1.108
Fecoagro	1.000	1.000
Sicoob Aracoop	1	-
Credipamor	-	914.193
Credipatos	-	310.296
	38.175.097	30.512.613

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

b. Movimentação dos investimentos

	Saldos em 1º/1/2024		Saldos em 31/12/2024		Saldos em 31/12/2025		
	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Transferências	
CEMIL	24.745.092	-	4.218.750	-	7.531.807	-	36.495.649
Sicoob Credicopa	-	-	-	-	-	1.274.489	1.274.489
Sicoob Sis Br	9.525	-	162.842	-	172.367	-	274.060
Credivaz	55.506	-	13.100	-	68.606	-	68.606
Cotas de consórcio	80.241	(40)	-	(40)	80.201	-	58.756
Unicred	1.000	-	-	-	1.000	-	1.428
Sicoob Credipinho	320	-	788	-	1.108	-	1.108
Fecoagro	1.000	-	-	-	1.000	-	1.000
Sicoob Aracoop	-	-	-	-	-	-	1
Credipamor	875.053	-	39.140	-	914.193	(964.193)	-
Credipatos	308.780	-	1.516	-	310.296	(310.296)	-
	26.076.517	(40)	4.436.136	(40)	30.512.613	(21.445)	38.175.097

Em 2025 e 2024, os resultados positivos apurados pela Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL, na proporção da participação da COOPERVAP, totalizaram R\$ 5.204.346 e R\$ 1.725.200, respectivamente. Esses valores foram incorporados ao capital social da Cooperativa, conforme previsto nas práticas aplicáveis às sociedades cooperativas e na política de destinação dos resultados oriundos de participações em outras entidades. O valor adicional que compõe o aumento da participação da COOPERVAP na CEMIL decorre das retenções mensais efetuadas nos pagamentos de leite, mecanismo que integra o modelo de capitalização contínua adotado entre as cooperativas participantes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

11 Imobilizado

a. Composição do saldo

				2025	2024
	Taxa anual de depreciação	Custo + AAP*	Depreciação acumulada	Total	Total
Terrenos	-	35.231.023	-	35.231.023	31.151.023
Edificações	De 1,67% até 2,86%	37.981.169	(13.994.116)	23.987.053	24.911.513
Máquinas, equipamentos e instalações	De 6,67% até 10%	51.461.349	(30.979.514)	20.481.835	21.791.418
Veículos	De 10% até 20%	21.215.730	(9.030.703)	12.185.027	5.718.280
Equipamentos de informática	De 50% até 10%	2.409.090	(1.937.244)	471.846	520.647
Móveis e utensílios	De 6,67% até 10%	1.755.790	(1.100.767)	655.023	730.471
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 3,33% até 4,17%	257.044	(257.044)	-	-
Imobilizado em andamento (i)	-	21.797.664	-	21.797.664	17.590.574
Compra para recebimento futuro (ii)	-	17.852.800	-	17.852.800	8.819.725
		189.961.659	(57.299.388)	132.662.271	111.233.651

*Custo de aquisição e o ajuste de avaliação patrimonial.

(i) O saldo de imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, aos investimentos realizados na construção do novo pátio industrial destinado à fabricação de ração animal, infraestrutura projetada para expandir a capacidade produtiva e atender à demanda crescente de cooperados e terceiros.

(ii) O saldo compreende, ainda, máquinas agrícolas adquiridas mediante utilização de créditos de ICMS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8. A entrega desses equipamentos está prevista para o início de 2026, seguindo o cronograma contratual estabelecido com os fornecedores.

A Administração contratou empresa especializada para a elaboração de laudo técnico destinado à apuração do custo atribuído (deemed cost) dos bens do ativo imobilizado. O laudo identificou acréscimos no valor justo de determinados itens, os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP).

Em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às sociedades cooperativas, foram reconhecidos tributos diferidos sobre tais ajustes, proporcionalmente ao percentual das operações classificadas como atos não cooperativos, única parcela sujeita à tributação pelo IRPJ e CSLL.

O laudo técnico contemplou também: a revisão da vida útil remanescente dos ativos; a determinação dos valores residuais aplicáveis a cada grupo; e a adequação das taxas de depreciação às condições de uso e ao padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Com base nessas análises, a despesa de depreciação registrada no exercício está ajustada para refletir as estimativas técnicas atualizadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

A Administração revisou as premissas de valor recuperável dos bens do imobilizado e concluiu que não existem evidências de perda por impairment em 31 de dezembro de 2025. Da mesma forma, não foram identificadas alterações relevantes nas vidas úteis econômicas previamente determinadas.

b. Movimentação do custo

	Saldo			Saldo			Saldo		
	1º/1/2024	Aquisições	Baixas	Transferências	2024	Aquisições	Baixas	Transferências	2025
Terrenos	30.771.023	380.000	-	-	31.151.023	4.080.000	-	-	35.231.023
Edificações	32.480.371	-	-	5.500.798	37.981.169	-	-	-	37.981.169
Máquinas, equipamentos e instalações	43.268.746	1.080.122	(4.868)	5.641.776	49.985.776	1.672.031	(136.289)	(60.169)	51.461.349
Veículos	11.233.795	1.100.955	(308.034)	-	12.026.716	9.445.966	(256.952)	-	21.215.730
Equipamentos de informática	2.259.797	67.022	(18.445)	-	2.308.374	102.685	(1.969)	-	2.409.090
Móveis e utensílios	1.696.971	41.944	(826)	-	1.738.089	30.755	(13.054)	-	1.755.790
Benefitorias em imóveis de terceiros	257.044	-	-	-	257.044	-	-	-	257.044
Imobilizado em andamento	25.528.428	3.204.720	-	(11.142.574)	17.590.574	4.159.197	(30)	47.923	21.797.664
Compra para recebimento futuro	-	8.819.725	-	-	8.819.725	9.033.075	-	-	17.852.800
	147.496.175	14.694.488	(332.173)	-	161.858.490	28.523.709	(408.294)	(12.246)	189.961.659

c. Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo			Saldo			Saldo		
	1º/1/2024	Adições	Baixas	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025	
Edificações	(12.209.278)	(860.378)	-	(13.069.656)	(924.460)	-	-	(13.994.116)	
Máquinas, equipamentos e instalações	(25.754.313)	(2.441.431)	1.386	(28.194.358)	(2.814.234)	16.832	12.246	(30.979.514)	
Veículos	(5.734.153)	(767.870)	193.587	(6.308.436)	(2.799.344)	77.077	-	(9.030.703)	
Equipamentos de informática	(1.669.173)	(130.420)	11.866	(1.787.727)	(151.486)	1.969	-	(1.937.244)	
Móveis e utensílios	(905.672)	(102.395)	449	(1.007.618)	(104.173)	11.024	-	(1.100.767)	
Benefitorias em imóveis de terceiros	(257.044)	-	-	(257.044)	-	-	-	(257.044)	
	(46.529.633)	(4.302.494)	207.288	(50.624.839)	(6.793.697)	106.902	12.246	(57.299.388)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Os saldos apresentados compreendem operações contratadas junto a instituições financeiras para suporte das atividades operacionais, industriais e de capital de giro da Cooperativa. As principais condições, como taxas, indexadores, prazos de vencimento, garantias e natureza das linhas de crédito, estão detalhadas no quadro que compõe esta nota.

A Cooperativa mantém controles internos e monitoramento periódico de suas obrigações financeiras, observando limites de endividamento, prazos e condições de mercado, bem como o cumprimento das obrigações contratuais, quando aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

13 Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores nacionais	<u>34.065.315</u>	<u>28.767.289</u>

O saldo de fornecedores e prestadores de serviços é composto pelos valores a pagar relativos à aquisição de mercadorias, insumos e serviços utilizados nas diversas unidades operacionais da Cooperativa. Parte dessas aquisições é realizada diretamente junto a fabricantes, sempre que economicamente vantajoso, com o objetivo de proporcionar melhores condições comerciais de preço, prazo e competitividade aos cooperados.

Os saldos apresentados estão líquidos do Ajuste a Valor Presente (AVP), calculado com base nos prazos de vencimento dos títulos. Os juros implícitos nesses passivos são apropriados ao resultado ao longo do tempo, assegurando que sua mensuração seja realizada em conformidade com o regime de competência e com as práticas contábeis aplicáveis às obrigações financeiras.

14 Obrigações com cooperados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cooperados – produção	22.372.357	23.236.450
Capital social a pagar	503.236	885.126
	<u>22.875.593</u>	<u>24.121.576</u>

O saldo é composto, substancialmente, pelos valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção à Cooperativa, reconhecidos conforme as condições comerciais pactuadas e o fluxo normal das operações.

Os montantes apresentados estão líquidos do Ajuste a Valor Presente (AVP), calculado com base nos prazos contratuais de liquidação. Os juros implícitos nesses passivos são apropriados ao resultado ao longo do tempo, de modo a refletir adequadamente o regime de competência e a mensuração financeira dos valores devidos, conforme práticas contábeis aplicáveis.

15 Salários, férias e obrigações sociais

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão de férias e encargos	3.287.293	3.107.203
Salários a pagar	1.123.164	1.106.297
INSS	790.853	772.601
FGTS	327.241	236.164
IRRF retido na fonte	102.292	133.300
Honorários	114.867	106.906

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

PIS sobre folha	34.662	17.512
Outros	767	24.116
	5.781.139	5.504.099

16 Obrigações tributárias

Descrição	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamento ICMS (i)	2.716.045	1.131.686	3.847.731	2.660.386	3.419.986	6.080.372
ICMS	380.961	-	380.961	267.166	-	267.166
INSS Funrural	319.661	-	319.661	312.263	-	312.263
Parcelamento IRPJ e CSLL (ii)	-	-	-	86.276	-	86.276
Outros tributos	169.162	-	169.162	142.334	-	142.334
	3.585.829	1.131.686	4.717.515	3.468.425	3.419.986	6.888.411

(i) Em 22 de junho de 2018, a Cooperativa lavrou o Termo de Autodenúncia nº 05.000294985-21, no valor de R\$ 11.507.205, decorrente da ausência de recolhimento do ICMS – operação própria, em razão do estorno de créditos apropriados na aquisição de leite in natura. O débito foi parcelado pela Secretaria de Estado da Fazenda em 120 parcelas mensais e consecutivas, cujo pagamento vem sendo regularmente cumprido.

Em 2021, a Cooperativa formalizou novos Termos de Autodenúncia relacionados ao ICMS Substituição Tributária (ICMS-ST), com os seguintes valores e condições de parcelamento: R\$ 350.065, referentes a dois termos, parcelados em 12 parcelas mensais; R\$ 799.030, parcelado em 48 parcelas mensais; R\$ 412.544, parcelado em 24 parcelas mensais.

Todos os parcelamentos mencionados encontram-se em situação regular, com pagamentos sendo efetuados conforme os respectivos cronogramas.

(ii) Este item refere-se ao parcelamento perante a Receita Federal do Brasil (RFB) relativo ao IRPJ e à CSLL dos períodos de 2015 e 2016, deferido em 60 parcelas mensais e consecutivas.

Ao longo de 2024, o saldo remanescente referia-se exclusivamente à CSLL, uma vez que o débito de IRPJ já havia sido integralmente liquidado. O parcelamento foi totalmente quitado em 2025, encerrando todas as obrigações relativas a esse processo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

17 Outros passivos

Descrição	2025	2024
Circulante		
Produtos agrícolas – cooperados (i)	11.690.691	3.278.415
Adiantamentos – cooperados e Coagil (ii)	6.584.634	9.561.529
Produtos agrícolas – terceiros (i)	4.848.843	4.795.574
Crédito produtor	2.143.509	-
Outros passivos	674.678	1.231.330
Venda entrega futura	624.830	1.086.740
Adiantamentos - terceiros	526.568	1.511.529
Consórcios a pagar	524.098	524.098
Repasses a convênios	508.568	31.411
	28.126.419	22.020.626
Não Circulante		
Adiantamentos	2.407.220	-

(i) O saldo registrado como “Produtos agrícolas – terceiros” representa a obrigação da Cooperativa relativa aos volumes de grãos pertencentes a terceiros e mantidos sob sua custódia. Tais produtos são controlados contabilmente em contas de passivo correspondentes, cuja contrapartida está apresentada na rubrica “Estoques”, conforme Nota 7. Esses itens não constituem ativos da Cooperativa, mas sim bens de terceiros armazenados para guarda, movimentação e posterior entrega ou comercialização.

(ii) O saldo inclui, substancialmente, o montante de R\$ 4.350.493 em 2025, (2024 - R\$ 8.792.560) referente a adiantamentos recebidos da COAGRIL, decorrentes de operação de comercialização de grãos celebrada entre as cooperativas. Esses valores representam obrigação futura de entrega do produto ou de liquidação conforme condições pactuadas entre as partes.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se aos tributos calculados sobre diferenças temporárias originadas do reconhecimento do custo atribuído (deemed cost) dos bens do ativo imobilizado, determinado com base em laudo técnico elaborado por peritos independentes, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A constituição desses tributos diferidos observa: as alíquotas vigentes de IRPJ e CSLL aplicáveis às operações da Cooperativa; e a proporção das atividades classificadas como atos não cooperativos, única parcela sujeita à tributação federal sobre o lucro, nos termos da legislação cooperativista.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Esses tributos diferidos serão realizados ao longo do tempo, à medida que as diferenças temporárias relacionadas ao custo atribuído forem revertidas, principalmente por meio da depreciação adicional e de eventuais baixas dos ativos avaliados.

19 Provisão para contingências

No curso normal de suas operações, a Cooperativa está sujeita a riscos decorrentes de processos cíveis, trabalhistas e tributários. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a Cooperativa reconhece provisões apenas para as ações cujas perdas são avaliadas como prováveis e cujos montantes podem ser mensurados com segurança, com o suporte da assessoria jurídica.

Em 31 de dezembro de 2025 (e 2024), a provisão registrada refere-se exclusivamente a processos cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ações - Cíveis	<u>1.410.071</u>	<u>1.265.600</u>

A Cooperativa discute 2 ações cíveis, totalizando R\$ 1.410.071 em 31 de dezembro de 2025, comparativamente a quatro ações cíveis no montante de R\$ 1.265.600 em 31 de dezembro de 2024.

20 Passivos contingentes

A Cooperativa é parte em ações cíveis e trabalhistas que, em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R\$ 7.603.200 e R\$ 214.822, respectivamente (R\$ 7.263.624 e R\$ 366.713 em 2024).

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, tais processos possuem classificação de risco de perda possível, não atendendo, portanto, aos critérios de reconhecimento contábil estabelecidos pela NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em razão disso, nenhuma provisão foi registrada para essas ações.

A Administração destaca que tais demandas, pela natureza das matérias envolvidas e pelo histórico de negociações e desfechos similares, são tipicamente passíveis de acordo em montantes inferiores aos valores originalmente pleiteados.

No que se refere às questões tributárias, as operações da Cooperativa permanecem sujeitas à fiscalização pelos entes federativos dentro dos prazos prescricionais aplicáveis aos tributos federais, estaduais e municipais (geralmente cinco anos). À luz das legislações vigentes e com base em avaliação interna e assessoria especializada, a Administração entende que todos os tributos foram recolhidos ou provisionados de forma adequada, não havendo, até 31 de dezembro de 2025, contingências tributárias relevantes com probabilidade de perda considerada provável.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Cooperativa é composto por cotas-partes subscritas e integralizadas pelos cooperados. Conforme estabelecido em seu Estatuto Social e em consonância com a Lei nº 5.764/1971, cada cooperado possui direito a um único voto, independentemente da quantidade de cotas-partes que detenha, preservando o princípio cooperativista da democracia e igualdade entre associados.

b. Destinações estatutárias

Nos termos do Estatuto Social e da Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício é destinada conforme os percentuais e finalidades a seguir:

- 25% para a Reserva Legal, destinada à cobertura de perdas e ao fortalecimento econômico e institucional da Cooperativa;
- 25% para a Reserva de Expansão, Manutenção e Investimento, destinada ao crescimento e modernização das operações;
- 20% para o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico, voltado ao suporte de novos projetos, inovação, modernização industrial e tecnológica;
- 5% para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados, conforme regulamentação aprovada em Assembleia Geral, sendo indivisível em caso de dissolução;
- 100% das sobras obtidas por meio da participação da Cooperativa em outras sociedades são totalmente rateadas ou destinadas conforme deliberação estatutária;
- As perdas do exercício, quando existentes, devem ser primeiramente absorvidas pela Reserva Legal e, se insuficiente, rateadas entre os cooperados;
- Os resultados positivos das operações com não cooperados (atos não cooperativos) são automaticamente destinados à RATES, não podendo ser rateados entre os associados;
- Sobre o capital integralizado, a Cooperativa poderá remunerar os cooperados mediante o pagamento de juros ao capital, limitados a 6% ao ano, observado o resultado do exercício;
- Créditos pertencentes a cooperados que permaneçam não reclamados por cinco anos são revertidos à Reserva Legal, conforme previsão estatutária;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

□ A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, instituir outros fundos ou reservas, desde que nos limites legais e estatutários.

c. Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

O Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) refere-se às mais e menos-valias apuradas na avaliação dos bens do ativo imobilizado com base em laudo técnico de especialistas independentes, elaborado segundo o conceito de custo atribuído (deemed cost).

A realização do AAP, essencialmente correspondente à depreciação adicional e à baixa dos ativos reavaliados, é reconhecida diretamente na conta “Sobras à disposição da AGO”, líquida dos correspondentes efeitos tributários diferidos, conforme normas contábeis aplicáveis.

d. Reserva de incentivos fiscais

No exercício de 2025, a Cooperativa constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais, mediante transferência de valores do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico, a ser aprovada ad referendum da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A criação dessa reserva atende às exigências do art. 30 da Lei 12.973/2014, que determina que os valores provenientes de subvenções e incentivos fiscais sejam registrados em reserva de lucros, restrita à absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Também observa o art. 10 da Lei Complementar 160/2017, que disciplina o reconhecimento e o tratamento dos incentivos fiscais de ICMS como subvenções para investimento, desde que registrados na forma legal. O atendimento a esses dispositivos legais é condição para possibilitar a exclusão dos incentivos fiscais de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, conforme entendimento consolidado pelo STJ no Tema Repetitivo 1.182, que restringe a exclusão aos contribuintes que cumpram os requisitos das leis mencionadas.

A constituição da reserva também viabiliza a regularização retroativa do tratamento fiscal aplicável aos exercícios de 2020 e 2021, permitindo a utilização do benefício tributário federal relacionado aos incentivos estaduais de ICMS.

e. Sobras à disposição da AGO

Após as destinações legais e estatutárias, o saldo remanescente de sobras é contabilizado como “Sobras à disposição da AGO”, sujeitando-se à deliberação dos cooperados em Assembleia Geral Ordinária.

Conforme a legislação cooperativista (Lei nº 5.764/1971) e o Estatuto Social, esse montante poderá ser:

□ capitalizado em favor dos cooperados;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- distribuído proporcionalmente à fruição dos serviços da Cooperativa;
- destinado à formação de reservas ou fundos;
- reinvestido para fortalecimento patrimonial e operacional;

sempre conforme decisão soberana da Assembleia Geral Ordinária - AGO.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Sobra/ lucro líquido do exercício	18.584.256	11.700.037
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	1.354.688	1.130.955
Utilização da RATES	1.189.206	1.540.164
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal	(5.204.346)	(1.720.457)
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 25%	(3.980.953)	(3.162.675)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 15%	(2.388.572)	(1.897.605)
Fundo de modernização – 25%	(3.980.953)	(3.162.675)
RATES – 5%	(796.191)	(632.535)
Sobras à disposição da Assembleia	4.777.135	3.795.209

22 Ingresso/ receita operacional líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ingresso/ receita bruto		
Vendas de produtos e mercadorias: cooperados	633.854.868	602.738.022
Vendas de produtos e mercadorias: terceiros	169.674.662	126.358.759
Prestação de serviços: cooperados	12.668.971	11.517.418
Prestação de serviços: terceiros	3.472.519	2.592.981
	819.671.020	743.207.180
(-) Deduções do ingresso/ receita bruto		
Impostos incidentes sobre vendas	(33.306.411)	(45.615.202)
Devoluções e abatimentos	(4.306.658)	(4.764.113)
	(37.613.069)	(50.379.315)
	782.057.951	692.827.865

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

23 Dispêndios/ despesas com pessoal

Descrição	2025	2024
Salários e honorários	(15.269.874)	(14.199.118)
INSS	(5.838.743)	(5.412.591)
FGTS	(2.070.842)	(2.078.692)
Férias	(1.913.050)	(1.736.156)
13º salário	(1.216.252)	(1.112.182)
Auxílio alimentação	(1.509.808)	(1.290.788)
Gratificações e ajuda de custo	(486.387)	(391.713)
Assistência médica	(365.699)	(305.207)
Aviso prévio e indenizações	(332.264)	(299.416)
Estagiários	(237.711)	(208.192)
PIS s/ folha de pagamento	(188.102)	(188.337)
Seguro	(94.282)	(87.157)
Vale transporte	(16.266)	(51.014)
Bolsa de estudo e treinamentos	(18.910)	(51.117)
Medicamentos	(35.313)	(13.765)
Outros	(366.420)	(352.640)
(-) Transferências para custeio	3.676.862	2.991.879
	(26.283.061)	(24.786.206)

24 Dispêndios/ despesas administrativas e gerais

Descrição	2025	2024
Prestadores de serviços	(5.336.269)	(4.711.718)
Manutenção	(3.817.762)	(3.848.068)
Depreciação	(3.747.004)	(2.008.579)
Transporte	(2.563.937)	(1.596.710)
Combustíveis e lubrificantes	(1.257.709)	(1.269.796)
Água e esgoto e energia elétrica	(1.090.319)	(599.923)
Aluguéis	(627.314)	(771.855)
Material de conservação	(351.193)	(691.345)
Refeições e lanches	(599.230)	(503.907)
Despesa com consórcios - CCGC	(332.819)	(360.498)
Telefone e internet	(405.442)	(236.099)
Provisão para contingências	(144.471)	(38.598)
Seguros	(265.966)	(1.140.351)
Material de escritório	(191.190)	(239.561)
Outros	(619.436)	(315.549)
(-) Transferências para custeio	72.569	18.045
	(21.277.492)	(18.314.512)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

25 Dispêndios/ despesas comerciais

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Frete	(7.598.622)	(5.995.366)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.274.613)	(2.222.710)
Prestadores de serviços	(829.600)	(961.378)
Taxa de cartão	(978.163)	(953.509)
Bonificações	(510.765)	(861.265)
Embalagens	(356.285)	(311.099)
Propaganda e publicidade	(323.689)	(302.345)
Comissões	(321.550)	(289.432)
Donativos	(7.861)	(312.836)
Outros	(118.553)	(18.743)
	<u>(13.319.701)</u>	<u>(12.228.683)</u>

26 Dispêndios/ despesas tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IOF	(926.443)	(704.850)
ICMS	(116.700)	(228.238)
IPVA	(67.022)	(68.711)
IPTU	(105.974)	(79.346)
Outros	(729.382)	(817.696)
	<u>(1.945.521)</u>	<u>(1.898.841)</u>

27 Outros ingressos/ dispêndios/ receitas / despesas operacionais, líquidos

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas diversas	3.319.465	2.553.556
Resultado com participação em outras sociedades (i)	5.266.144	1.870.928
Bonificações	917.651	2.437.041
Receita de aluguéis	416.050	272.164
Recuperação de créditos e reversão de provisão	132.065	970.452
Provisão para não realização (ii)	(8.240.193)	(12.813.343)
Perdas de estoques	(5.352.282)	(1.738.208)
Despesas com armazenagem	(1.900.020)	(1.111.222)
Despesas com animais	(350.651)	(333.425)
Venda imobilizado	(3.010)	441.086
Outras receitas	502.484	1.068.922
Outras despesas	(208.873)	(622.583)
	<u>(5.501.170)</u>	<u>(7.004.632)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

(i) O valor refere-se ao resultado proporcional reconhecido sobre os investimentos em cooperativas coligadas, principalmente na Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL, nos exercícios de 2025 e 2024, nos montantes de R\$ 5.204.346 e R\$ 1.725.200, respectivamente. Tais resultados são apropriados conforme as informações disponibilizadas pelas cooperativas investidas, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis ao setor cooperativista.

(ii) O valor refere-se aos créditos de PIS e COFINS apurados sobre aquisições de insumos utilizados nos processos industriais e sobre mercadorias destinadas à revenda nas unidades comerciais da Cooperativa. A realização desses créditos ocorrerá por meio de pedidos de ressarcimento ou compensação tributária, via PER/DCOMP, junto à Receita Federal do Brasil.

Conforme destacado na Nota Explicativa nº 8, a Administração constituiu provisão para não realização sobre parte desses créditos, em razão da incerteza quanto ao prazo e efetiva recuperabilidade. Essa provisão será revertida gradualmente, à medida em que os créditos forem efetivamente realizados por meio de ressarcimentos ou compensações homologados pelo fisco.

28 Resultado financeiro

Descrição	2025	2024
Ingressos/ receitas financeiras		
Juros incorridos	4.882.012	7.635.676
Descontos obtidos	234.581	135.984
Atualização de crédito tributário	296.486	534.568
Rendimentos de aplicações financeiras	1.603.877	1.212.184
	7.016.956	9.518.412
Dispêndios/ despesas financeiras		
Juros provisionados empréstimos e financiamentos	(13.090.375)	(8.971.867)
Juros incorridos	(2.167.954)	(4.468.166)
Despesas bancárias	(949.741)	(2.255.371)
Juros sobre o capital	(2.045.805)	(1.835.173)
Descontos concedidos	(1.186.629)	(1.205.296)
Ajuste a valor presente	347.938	(462.328)
	(19.092.566)	(19.198.201)
Resultado financeiro, líquido	(12.075.610)	(9.679.789)

29 Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) reconhecidas nos exercícios correspondem aos tributos correntes calculados sobre as operações tributáveis da Cooperativa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

O imposto corrente é determinado com base na legislação tributária vigente, ou substancialmente vigente, na data do balanço, sendo reconhecido diretamente na demonstração do resultado.

A Administração avalia, de forma contínua, as posições fiscais adotadas pela Cooperativa em suas declarações, especialmente nas situações em que a legislação aplicável comporta diferentes interpretações. Nessas circunstâncias, são constituídas provisões para contingências fiscais, quando consideradas necessárias, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades tributárias.

Em conformidade com a Lei nº 5.764/1971 e demais normas aplicáveis às sociedades cooperativas, as operações realizadas com cooperados (atos cooperativos) não são tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social. Já as operações com terceiros não cooperados (atos não cooperativos) estão sujeitas à tributação pelo lucro real, observando-se as alíquotas e regras estabelecidas na legislação fiscal vigente. Nos exercícios de 2025 e 2024, as operações classificadas como atos não cooperativos não geraram lucro tributável, seja em razão do desempenho econômico dessas atividades, seja em função das deduções, compensações fiscais e bases negativas de cálculo disponíveis. Dessa forma, não houve apuração de imposto de renda ou contribuição social correntes referentes às operações com terceiros nos referidos períodos.

30 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa mantém a política de contratar seguros operacionais e patrimoniais em modalidades consideradas adequadas para mitigar riscos relevantes às suas atividades, tais como danos ao patrimônio, responsabilidade civil, transporte de mercadorias e demais coberturas compatíveis com a natureza e porte das operações.

Com base nas informações fornecidas pelas seguradoras e no julgamento da Administração, os valores segurados são avaliados como suficientes para cobrir perdas potenciais decorrentes de sinistros considerados prováveis em condições normais de mercado.

As características, limites e premissas utilizadas na definição das coberturas contratadas, por se tratar de estimativas e avaliações de risco inerentes à gestão de seguros, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, tais premissas não foram objeto de verificação pelos auditores independentes.

31 Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes ao encerramento do exercício social, ocorrido em 31 de dezembro de 2025, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras para fins de divulgação, em 6 de março de 2026, que pudessem alterar ou exigir ajustes às informações nelas apresentadas, nem que impactassem a situação patrimonial, financeira ou o desempenho operacional da Cooperativa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

32 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Cooperativa são representadas pelas pessoas físicas que possuem autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da entidade, incluindo os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

As transações com partes relacionadas são conduzidas no curso normal das operações da Cooperativa, em condições e práticas compatíveis com aquelas aplicáveis aos demais cooperados, observando princípios de transparência, equidade e aderência às normas cooperativistas. Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os saldos e operações com essas partes são apresentados a seguir, referentes às posições patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Natureza da operação	2025			2024		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total
(a) Saldo em 31 de dezembro:						
Ativo						
Contas a receber de cooperados	409.139	449.759	858.898	449.859	3.422.176	3.872.035
Passivo						
Obrigações com cooperados	152.238	24.278	176.516	31.403	237.602	269.005
Capital social	378.535	156.341	534.876	341.067	156.989	498.056
(b) Transações no exercício						
Cédula de presença	233.624	117.532	351.156	202.657	133.974	336.631
Remuneração paga	836.981	-	836.981	794.100	-	794.100
Faturamento	4.193.735	1.282.900	5.476.635	4.026.376	891.859	4.918.234
(c) Produção armazenada						
Grãos	264.903	-	264.903	180.269	-	180.269

33 Demonstrações das sobras/ lucros ou perdas/ prejuízos de atos cooperativos e não cooperativos

Em atendimento ao artigo 85 da Lei nº 5.764/1971, a Cooperativa apresenta, a seguir, as demonstrações específicas das sobras ou perdas segregadas entre atos cooperativos e atos não cooperativos, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A apresentação segregada atende exclusivamente às exigências legais do regime cooperativista, e é elaborada com base em critérios de rateio e alocação definidos pela Administração da Cooperativa.

Os critérios de alocação e a própria demonstração dos atos não cooperativos, por sua natureza, não constituíram objeto de auditoria específica, estando incluídos apenas no escopo geral das demonstrações financeiras e de seus procedimentos de auditoria.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

	2025			2024		
	Cooperado	Não cooperados	Total	Cooperado	Não cooperados	Total
Ingresso/ receita operacional líquido	624.815.679	157.242.272	782.057.951	586.397.055	106.430.810	692.827.865
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos	(531.237.723)	(151.914.984)	(683.152.707)	(507.793.456)	(99.504.225)	(607.297.681)
Sobra/ lucro bruto	93.577.956	5.327.288	98.905.244	78.603.599	6.926.585	85.530.184
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais						
Dispêndios/ despesas com pessoal	(20.722.074)	(5.560.987)	(26.283.061)	(20.738.547)	(4.334.713)	(25.073.260)
Dispêndios/ despesas administrativos e gerais	(16.775.586)	(4.501.906)	(21.277.492)	(14.910.835)	(3.116.622)	(18.027.457)
Dispêndios/ despesas comerciais	(10.495.313)	(2.824.388)	(13.319.701)	(9.855.812)	(2.372.871)	(12.228.683)
Dispêndios/ despesas tributárias	(738.799)	(1.206.722)	(1.945.521)	(846.980)	(1.051.861)	(1.898.841)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	(4.270.547)	(1.230.623)	(5.501.170)	(6.090.237)	(914.396)	(7.004.633)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro	(53.002.319)	(15.324.626)	(68.326.945)	(52.442.411)	(11.790.463)	(64.232.874)
Resultado financeiro	40.575.637	(9.997.338)	30.578.299	26.161.189	(4.863.879)	21.297.310
Ingressos/ receitas financeiras	-	7.016.956	7.016.956	-	9.518.412	9.518.412
Dispêndios/ despesas financeiras	(2.045.805)	(17.046.761)	(19.092.566)	(1.835.173)	(17.363.028)	(19.198.201)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(2.045.805)	(10.029.805)	(12.075.610)	(1.835.173)	(7.844.616)	(9.679.789)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	38.529.833	(20.027.144)	18.502.689	24.326.015	(12.708.494)	11.617.521
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	81.567	81.567	-	82.516	82.516
Sobra/ lucro líquido do exercício	38.529.833	(19.945.577)	18.584.256	24.326.015	(12.625.978)	11.700.037

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

Para fins de apresentação e em conformidade com a Lei nº 5.764/1971, a movimentação econômico-financeira decorrente de atos cooperativos é registrada contabilmente como ingressos e dispêndios, refletindo a natureza mutualista das operações realizadas entre a Cooperativa e seus cooperados.

Por sua vez, as operações oriundas de atos não cooperativos, efetuadas com terceiros não associados, são reconhecidas como receitas, custos e despesas, seguindo as práticas contábeis aplicáveis às atividades de mercado.

34 Produção agrícola armazenada

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Cooperativa mantinha em seus armazéns volumes de produtos agrícolas pertencentes a cooperados, recebidos para guarda e posterior comercialização, nos termos das políticas operacionais da Cooperativa.

A seguir, apresentam-se as quantidades depositadas e seus valores estimados, calculados exclusivamente para fins de divulgação, com base nos preços médios de mercado vigentes nas respectivas datas de encerramento dos exercícios:

Produção Armazenada – Cooperados

Produto	Unidade	2025		2024	
		Quantidade	Valorização	Quantidade	Valorização
Soja	Kg	721.537	1.601.813	299.570	689.012
Milho	Kg	7.131.433	7.345.376	6.750.790	6.313.841
Arroz	Kg	4.875.742	4.485.683	620.977	1.132.070
Sorgo	Kg	188.304	158.175	151.963	145.884

A Cooperativa atua exclusivamente como depositária, permanecendo responsável pela guarda, conservação e movimentação dos produtos agrícolas entregues pelos cooperados. Os serviços prestados são remunerados por meio de taxas de armazenagem e operações correlatas, registradas como ingressos operacionais ao longo do período, conforme a utilização efetiva dos serviços pelos cooperados.


VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente


LIONEL OLIVEIRA DOS SANTOS
Vice-Presidente


IVONE CORREA BARRA
Contadora Responsável
CRC-MG 078514/O-6



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – COOPERVAP
Paracatu MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – COOPERVAP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – COOPERVAP em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Estoques

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Cooperativa concluiu a etapa de adequação dos seus processos, bem como a implementação do módulo específico de controle de estoques e custo de produção, de forma coordenada e integrada à contabilidade. Adicionalmente, foram realizadas as conciliações dos saldos contábeis com os estoques físicos, por meio de processos de levantamento físico, bem como a verificação da adequada valorização dos produtos pelo método do custo médio, abrangendo todas as suas unidades, exceto o supermercado.

Em relação a essa unidade, cujo saldo de estoques em 31 de dezembro de 2025 totalizava R\$ 8.338.186 mil, os referidos processos ainda se encontravam em fase de conclusão, com previsão de finalização ao longo do exercício de 2026.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, não foi possível obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas que permitissem a quantificação e a adequada valorização dos estoques dessa unidade,



tampouco determinar, de maneira confiável, os eventuais efeitos sobre o ativo circulante, o resultado do exercício, o patrimônio líquido e os possíveis impactos tributários relacionados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas. O relatório de auditoria correspondente, datado de 14 de março de 2025, continha modificação em decorrência de limitação de escopo, relacionada aos saldos de estoques das unidades de supermercado e de uma loja agropecuária, as quais se encontravam em processo de finalização dos controles internos, dos levantamentos fiscais e das respectivas conciliações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

(i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

(iii) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(iv) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 6 de março de 2026.



InoveAud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL



"PARECER DO CONSELHO FISCAL"

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda, examinamos as demonstrações contábeis, encerradas em 31/12/2025 compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrangente, Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa – Método Indireto e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras, onde o Ativo e Passivo apresentam o saldo de R\$ 431.583.310 (Quatrocentos e trinta um milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e dez reais) e as sobras à disposição da A.G.O que apresentam o valor de R\$ 4.777.135 (Quatro milhões, setecentos e setenta e sete mil, cento e trinta e cinco reais). O Exame inclui entre outras atividades, visitas às unidades da Coopervap, conferência de estoques, caixa e do movimento bancário. Com base nas verificações efetuadas e no Parecer da Auditoria Independente, somos de opinião que as demonstrações contábeis, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes a situação financeira, econômica e patrimonial da Coopervap em 31/12/2025, com ressalva apenas em relação ao Estoque do Supermercado, devido aos referidos processos, dessa unidade, ainda estar em fase de conclusão e conferência para acurácia dos seus estoques. Dessa forma, recomendamos a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025, pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 20 de março de 2025.

Paracatu, 20 de março de 2025.


Hugo Netto Siqueira


Dilermando Reis Carvalho


Davi dos Santos Freitas

(o original encontra-se em poder da Cooperativa)

✉ coopervap@coopervap.com.br
☎ (38) 3679-8900
📍 Rua Benedito Laboissiere, 160 - Centro
Paracatu/MG - CEP: 38600-190



PLANO DE **ATIVIDADES PARA 2026**

→ **Infraestrutura e Expansão**

- Inauguração da Fábrica de Rações;
- Reforma do Supermercado de Paracatu;
- Reforma e ampliação da Loja de Guarda-Mor;
- Ampliação da Fábrica de Laticínios;
- Instalação de elevador no escritório central;
- Estruturação da área de vendas da nova Fábrica de Rações.

→ **Gestão, Processos e Pessoas**

- Melhorar os processos de produção com foco em controle e redução de custos;
- Planejamento e acompanhamento de metas para todas as áreas comerciais e administrativas;
- Intensificar os controles de estoque e giro de produtos;
- Capacitar os colaboradores para melhoria no atendimento aos associados e clientes;
- Buscar excelência no atendimento e fortalecer a educação cooperativista no relacionamento com cooperados e clientes.

→ **Fomento e Assistência ao Produtor**

- Manter assistência técnica aos produtores com dificuldades na gestão de seus negócios, por meio de parcerias com:

*Embrapa

*Ministério da Agricultura (MAPA)

*SENAR

*Sindicatos dos Produtores Rurais

*EMATER

GRÁFICO FATURAMENTO BRUTO

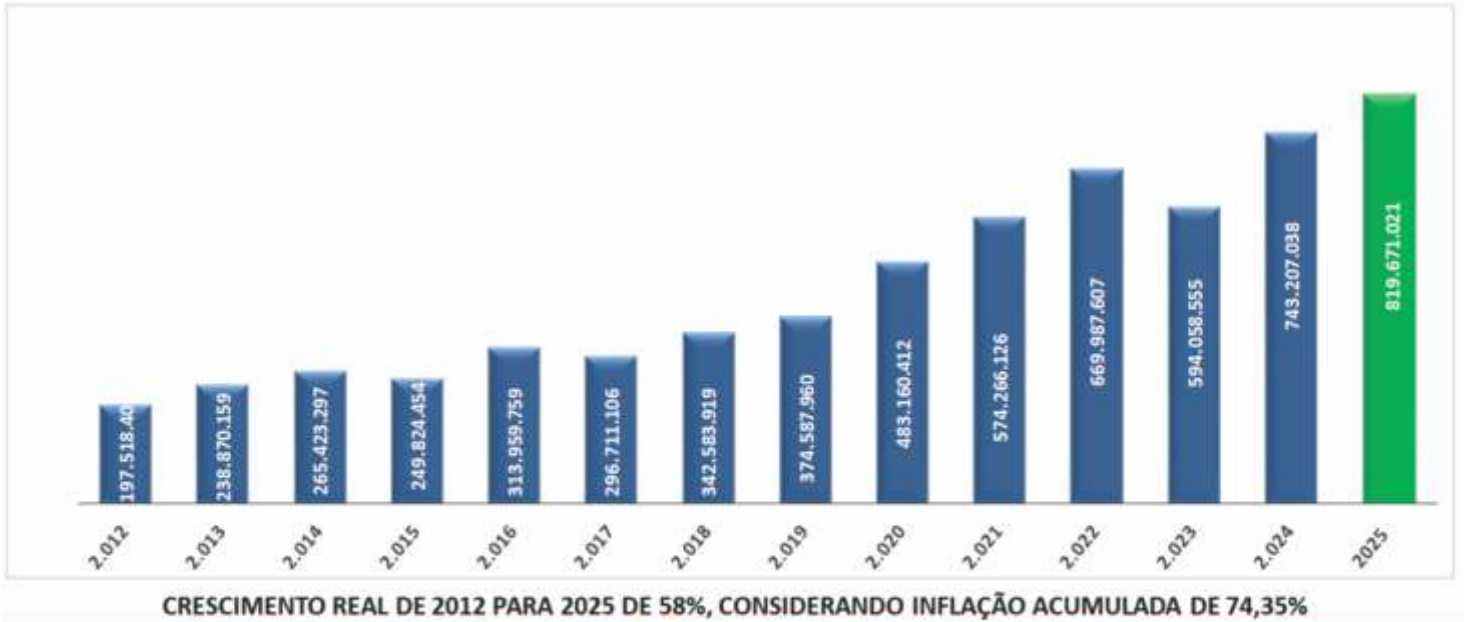


GRÁFICO CAPTAÇÃO DE LEITE

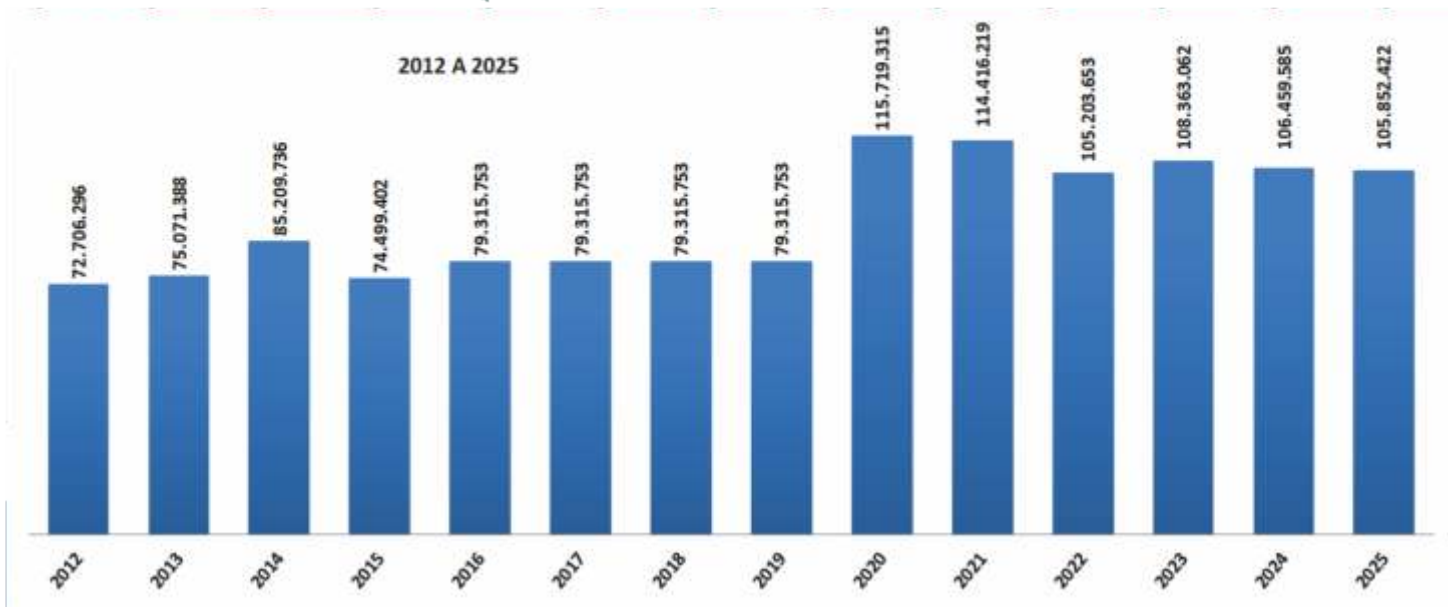


GRÁFICO PRODUÇÃO DE MANTEIGA (TONELADAS)

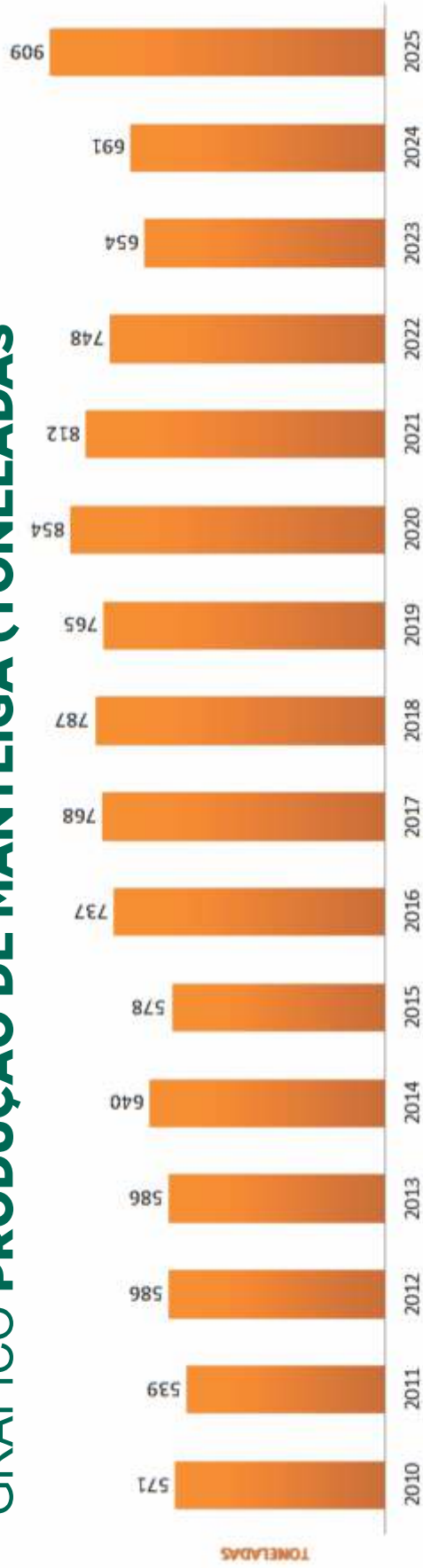
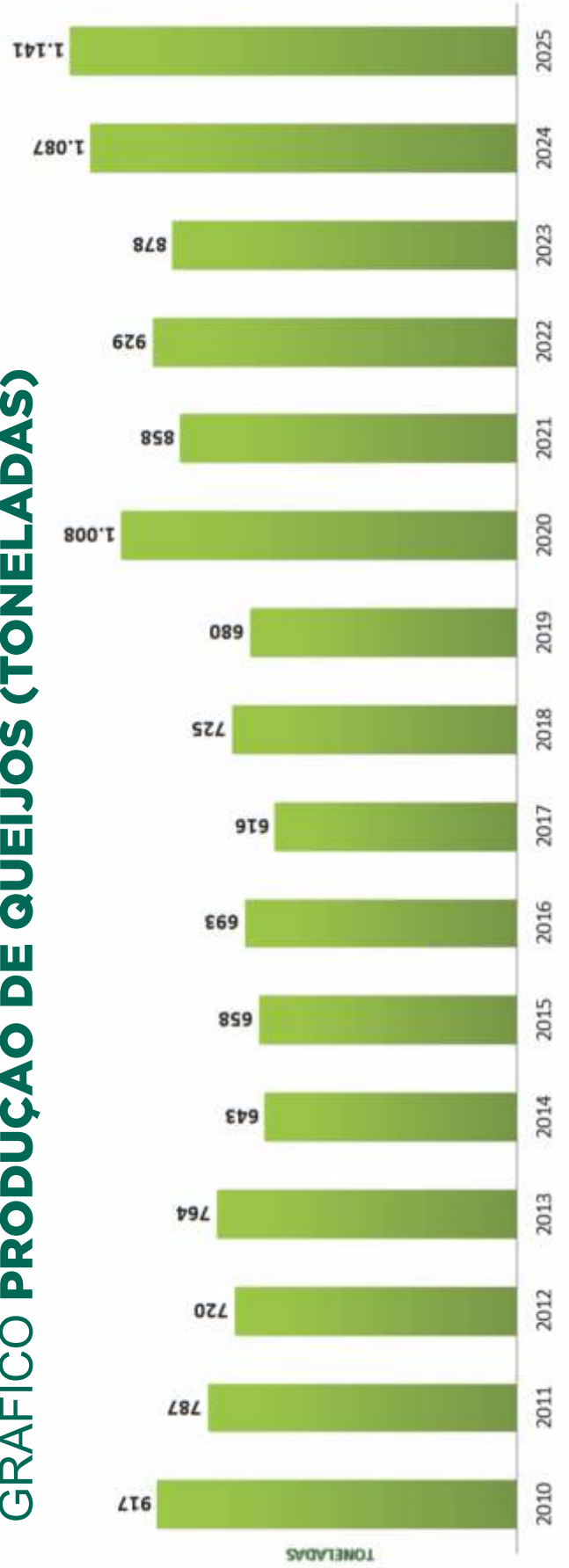


GRÁFICO PRODUÇÃO DE QUEIJOS (TONELADAS)



RAÇÕES COOPERVAP

nutrição animal



**Quem usa a melhor
produz mais!**

RAÇÕES COOPERVAP - VENDAS: (38)9.9844- 8900